



PEA-BG

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
DA BAÍA DE GUANABARA

Atualização do Diagnóstico Participativo do Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara (PEA-BG)





Atualização do Diagnóstico Participativo do
Atualização do Diagnóstico Participativo
do Projeto de Educação Ambiental
da Baía de Guanabara (PEA-BG)

Janeiro 2022

INTRODUÇÃO

COMO UMA ONDA NO MAR

Assim como as águas da Baía de Guanabara se renovam no encontro com o oceano, também nos renovamos, nos atualizamos, nos adaptamos para seguir adiante. Este Caderno que você tem em mãos é resultado de uma renovação, não de águas, mas de informações. Ele atualiza o Diagnóstico Participativo realizado junto com pescadoras e pescadores artesanais de 2014 a 2016, e que serviu de base para a construção do Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara (PEA-BG), iniciado em março de 2019.

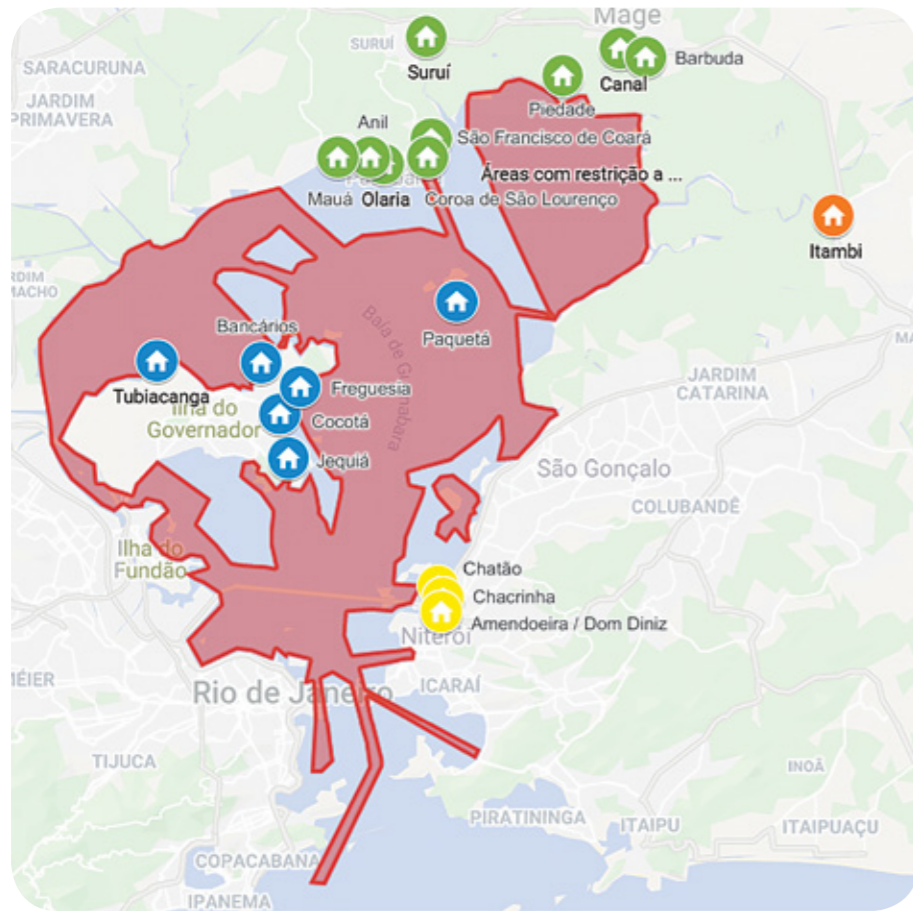
O Diagnóstico trouxe características de cada uma das 19 comunidades que hoje estão sendo trabalhadas no Projeto, apontando seus principais problemas socioambientais, relativos ou não aos impactos da cadeia de petróleo e gás, os conflitos enfrentados pelos pescadores artesanais e as potencialidades identificadas no território. Esta pesquisa foi fundamental para planejar as atividades do PEA-BG, que se relacionam com o enfrentamento dos problemas e conflitos existentes no território e o fortalecimento de suas potencialidades. São dados que precisam ser atualizados com certa frequência para ajudar na formação da próxima etapa do Projeto.

Esta atualização precisou ser feita dentro dos limites impostos pela pandemia de Covid-19. Antes do período de isolamento, foi possível validar as informações do Diagnóstico presencialmente com as comunidades, que apontaram o que mudara naquela situação. Outros pontos foram atualizados a partir do que a equipe identificou ao longo das atividades da Fase 1 do PEA-BG, a maioria delas de maneira remota, além de dados pesquisados. A partir da realidade aqui posta, vamos juntos, no mesmo ritmo, como as ondas, trabalhar para fortalecer a organização comunitária e transformar as realidades da Baía de Guanabara.

Coordenação PEA-BG

2. A BAÍA DE GUANABARA E O PEA-BG

A pesca artesanal (re)existe na Baía de Guanabara desde antes da colonização. Algumas práticas dos povos indígenas que aqui viviam quando os portugueses chegaram ainda são percebidas hoje em dia. Desde aquela época, o território e o maretório da Baía foram sendo ocupados pela pesca industrial, pelos portos, estaleiros, por órgãos de segurança (Marinha), pela indústria de petróleo e gás, pelo tráfego de grandes embarcações, até por áreas de conservação para tentar proteger o ambiente diante de tudo isso. Sobra assim cada vez menos espaço para os pescadores, como mostra este Mapa produzido ao longo da Fase 1 do PEA-BG, que também aponta as 19 comunidades distribuídas em 4 municípios onde atuamos.



Mapa produzido pelo PEA-BG com base no trabalho de Chaves (2011, página 133) com cartografia social na Baía de Guanabara

Além da restrição de área de trabalho, essas comunidades sofrem impactos do crescimento urbano acelerado em seus territórios, que não é acompanhado na mesma velocidade por diversas políticas públicas. A ausência ou deficiência de saneamento básico, que é uma dessas políticas, une-se a outros fatores que afetam a qualidade da água e, conseqüentemente, a pesca.

O PEA-BG busca fortalecer esses grupos para que possam intervir de forma qualificada nesse cenário. Para que isso ocorra, é preciso entender os problemas que impactam no modo das comunidades produzirem e viverem, os conflitos que as atingem e as potencialidades que podem ser valorizadas. São estes aspectos que o Diagnóstico levantou com as comunidades e agora se atualiza, incluindo dados até de outras pesquisas, como se vê na página ao lado.

33% do que a Baía de Guanabara produziu, de abril de 2001 a março de 2002, ou seja, mais de 6 mil toneladas de pescado, vieram da pesca artesanal.

(Fonte: JABLONSKI, S. Pescadores e embarcações em atividade, produção, e valor do pescado na Baía de Guanabara - abril de 2001 a março de 2002. IBAMA, setembro de 2002)



A produção da pesca artesanal na Baía de Guanabara é vendida no local de desembarque para intermediários, que revendem no CEASA ou no Mercado São Pedro. O caranguejo é vendido em feiras ou estradas próximas por coletares e familiares.

(Fonte: JABLONSKI, 2002)



A PERSPECTIVA DO PEA-BG NO ÂMBITO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Todo empreendimento, como uma plataforma de petróleo ou um gasoduto, precisa de licença para funcionar. O órgão ambiental responsável, neste caso o IBAMA, determina quais obrigações (que chamamos de condicionantes) devem ser cumpridas. O PEA-BG é uma delas e foi criado para atender os grupos sociais impactados pelo tráfego de embarcações gerado na Baía de Guanabara pelos empreendimentos da Petrobras que exploram e produzem petróleo e gás na Baía de Santos.

O licenciamento ambiental, que também é uma política pública, determina, a partir dos diagnósticos realizados nas comunidades, qual Linha de Ação é mais adequada. O PEA-BG atende a Linha de Ação A (conforme Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10) e assim busca fortalecer a organização das comunidades, por meio da Educação Ambiental Crítica, para que elas participem de forma qualificada da gestão ambiental de seus territórios, em prol de uma melhor qualidade de vida.

Entender o cenário da pesca artesanal na Baía de Guanabara, suas características, os problemas e conflitos vivenciados, as potencialidades, foram importantes para que o PEA-BG construísse um Plano de Trabalho. Agora que a Fase 2 vai começar, analisamos novamente o cenário para decidir se é preciso ajustar esse plano. Participação, mobilização, valorização da pesca tradicional, parcerias, trabalho em rede fazem parte do caminho que começa a ser trilhado para que os problemas e conflitos apontados neste Diagnóstico, ora atualizado, encontrem soluções coletivas.



1.245 embarcações artesanais foram identificadas em monitoramento na Baía de Guanabara durante 2020. (Fonte: FIPERJ/PETROBRAS. Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro (PMAP-RJ). Relatório Técnico Semestral. Agosto de 2021)



1.377, 12.180, + de 20.000... Os números de pescadores artesanais atuando na Baía de Guanabara são bem diferentes, dependendo de cada modo ou fonte de pesquisa.

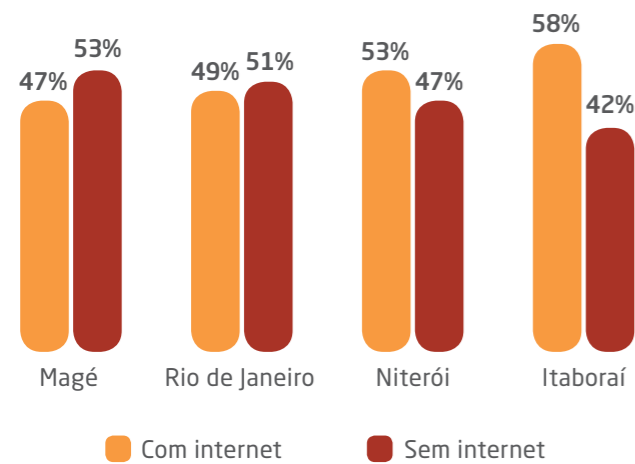
ADEQUAÇÕES EM VIRTUDE DA PANDEMIA DE COVID-19

ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

Com cada vez menos áreas para pescar, redução dos estoques de pescado, danos a materiais, mais gastos com combustível e manutenção, mais tempo trabalhando, é comum que os pescadores tenham dificuldade para participar de outras atividades, inclusive voltadas à organização social. Outros fatores de resistência ao Projeto, incluindo o conflito com a cadeia de petróleo e gás e até mesmo a descrença nos processos de educação ambiental crítica também estão presentes. Mesmo assim, o PEA-BG permanece propagando a importância em dedicar um pouquinho do tempo para o fortalecimento comunitário, que na verdade é o caminho para a redução dos problemas vivenciados.

Outro elemento, porém, se somou aos desafios para a mobilização comunitária a partir de 2020: a pandemia de Covid-19. O mundo todo teve que se adaptar a uma nova realidade e não foi diferente com o PEA-BG. As atividades presenciais tiveram de ser suspensas como forma de garantir o distanciamento social, necessário para conter a contaminação. Foi então que o problema já existente se tornou evidente: a exclusão digital. Mesmo querendo participar das atividades online, muitos não conseguiam, inclusive por falta de acesso à internet, como mostra o gráfico.

Percentual de acesso à internet entre pescadores cadastrados no PEA-BG



Fonte: Levantamento da equipe PEA-G com pescadores cadastrados



Visita a uma liderança (acima) e atividade online (abaixo) durante a pandemia

Até quem acessa a internet, enfrenta dificuldades para acompanhar atividades online porque o aparelho ou a conexão são de baixa qualidade e por falta de costume no uso de ferramentas digitais, o que é um problema, para além do Projeto, já que hoje a maioria dos serviços é informatizada.

Essas dificuldades também impuseram limites e exigiram adaptação na atualização do diagnóstico. Com o avanço da vacinação e a melhoria nos indicadores da doença, tem sido possível retornar aos poucos a atividades de mobilização e encontros com pequenos grupos.

A COVID-19 NAS COMUNIDADES DE PESCADORES

Atividade essencial, a pesca não parou na pandemia. Mas os pescadores relatam que as vendas caíram, com atravessadores suspendendo atividades inicialmente e a população em geral reduzindo as compras. O pescado passou a ser vendido, quando possível, direto aos consumidores e muitos buscaram atividades complementares de renda.

Além das perdas econômicas, a pandemia afetou a saúde de pescadores e familiares, também causando mortes. A equipe de agentes sociais do PEA-BG foi informada pelos moradores das comunidades sobre 21 óbitos de pescadores por consequência da doença.

Em todo o Brasil, os conflitos socioambientais se agravaram nas comunidades de pescadores, conforme relatório produzido em 2021 pelo Conselho Pastoral de Pescadores (CPP) com informações de pelo menos 166 comunidades pesqueira do país. O documento aponta que a pandemia agravou principalmente problemas de:



Com a pandemia, os problemas vivenciados pelas comunidades ficaram mais difíceis de serem mostrados à sociedade. Mas a articulação entre instituições representativas de pescadores possibilitou tanto doações emergenciais quanto intervenções junto a órgãos governamentais para enfrentar os impactos, o que demonstra a importância da organização e das redes de parcerias.



Visita de campo e convite para atividade online durante a pandemia

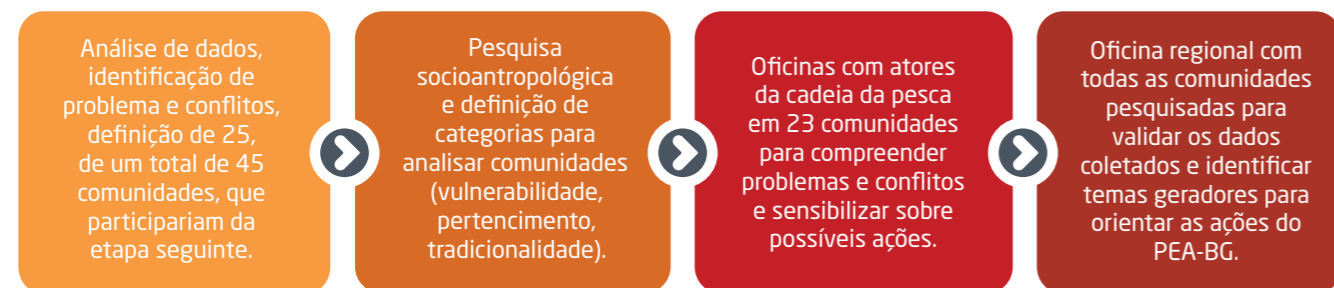


METODOLOGIA DE TRABALHO

O PASSO A PASSO DO DIAGNÓSTICO

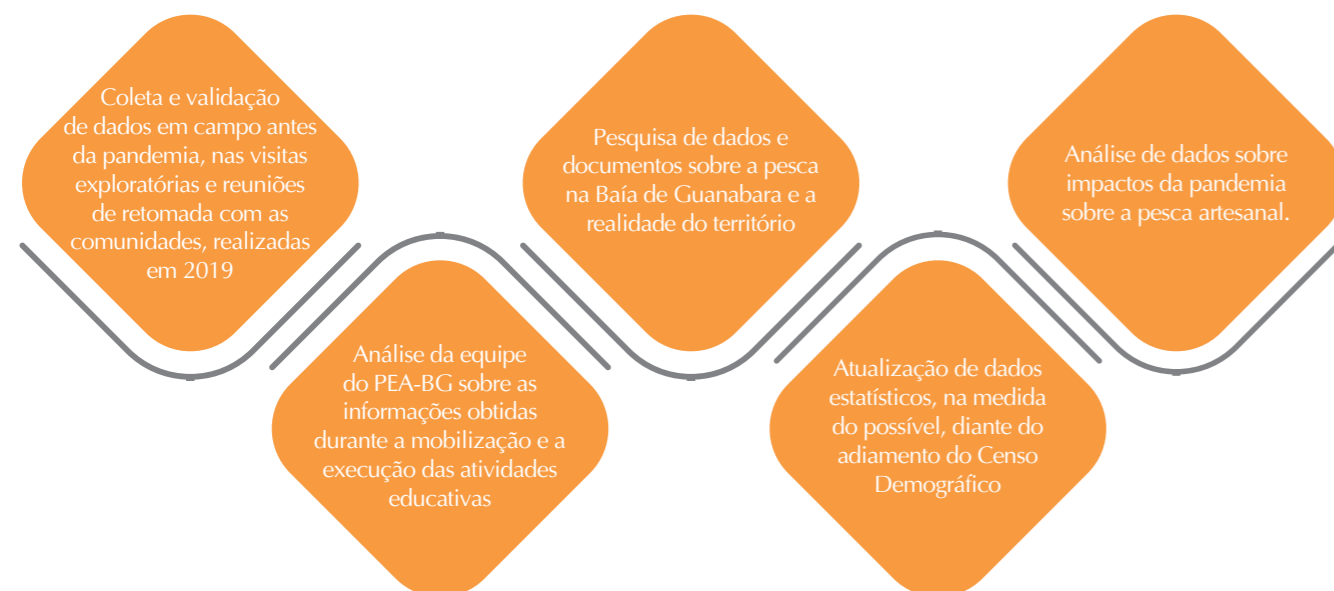
Quando o Diagnóstico foi feito, entre 2014 e 2016, houve levantamento de dados, reuniões, entrevistas e oficinas nas comunidades de pescadores artesanais num raio de cinco quilômetros no entorno da Baía de Guanabara. Foram identificados os problemas e conflitos socioambientais, ligados ou não aos impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás natural, que mais afetavam os grupos. Isso levou o órgão ambiental a decidir que era necessário o Projeto de Educação Ambiental focar na organização comunitária.

Etapas do Diagnóstico Participativo



O retrato gerado pelo Diagnóstico começou a ser revisto logo no início do PEA-BG, em 2019, com as visitas e as reuniões de retomada. As comunidades confirmaram problemas, conflitos, potencialidades locais, apontando alterações neste cenário, e sugeriram temas para se trabalhar no Projeto. Em 2020 /2021, os pontos principais do Diagnóstico continuaram sendo atualizados, dentro dos limites do contexto pandêmico, para servirem de base para a Fase 2.

Metodologia usada na Atualização



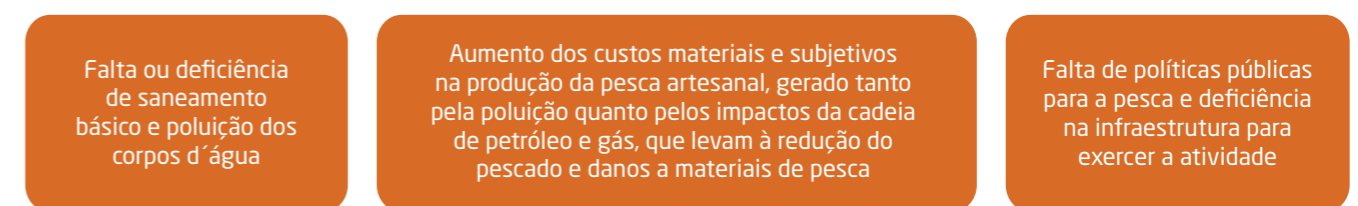
A seleção das comunidades para participação no PEA-BG levou em conta critérios de tradicionalidade, pertencimento e vulnerabilidade. Das 19 que estão no Projeto, 15 foram consideradas de alta e as demais de média vulnerabilidade. Na atualização do Diagnóstico, chamou a atenção um dado de vulnerabilidade que trata da educação. A maioria dos pescadores acompanhados pelo Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira (PMAP-RJ) nos municípios do PEA-BG não completaram o ensino fundamental: 80% em Magé, 74% no Rio de Janeiro, 71% em Itaboraí e 64% em Niterói.

Atualização do diagnóstico: PROBLEMAS, CONFLITOS e POTENCIALIDADES

Durante as entrevistas e reuniões de Diagnóstico Participativo, as comunidades pesqueiras identificaram vários problemas socioambientais e os dividiram da seguinte forma:

Impactos diretos:	Aqueles que na visão das comunidades pesqueiras têm relação direta de causa e efeito com a cadeia produtiva de petróleo e gás, como a redução de áreas de pesca pelo tráfego de embarcações associadas.
Impactos indiretos:	No entendimento dos pescadores, são causados tanto pela cadeia de petróleo e gás quanto por outros fatores, a exemplo da redução do estoque de pescado que também seria influenciada pela falta de saneamento.
Impactos sem relação:	São aqueles decorrentes dos processos de crescimento urbano desordenado, ineficiência de políticas públicas, entre outros, que comprometem a qualidade de vida do pescador e suas atividades.

Os problemas mais citados nas comunidades pesquisadas foram relacionados à disputa pelo uso do espelho d'água com a cadeia produtiva de petróleo, por conta do tráfego de embarcações de grande porte e das instalações industriais. Alguns problemas foram apontados em umas comunidades sim e outras não, mas aqueles identificados em todas as comunidades da Baía de Guanabara foram:



Alguns problemas afetam de forma diferente cada região, como se vê no mapa em destaque, mas todos enfrentam, assim como os conflitos. O conflito mais mencionado pelos pescadores foi com a cadeia produtiva de petróleo e gás, citando principalmente o vazamento de óleo na Baía de Guanabara em 2000 e as restrições do espaço de pesca.

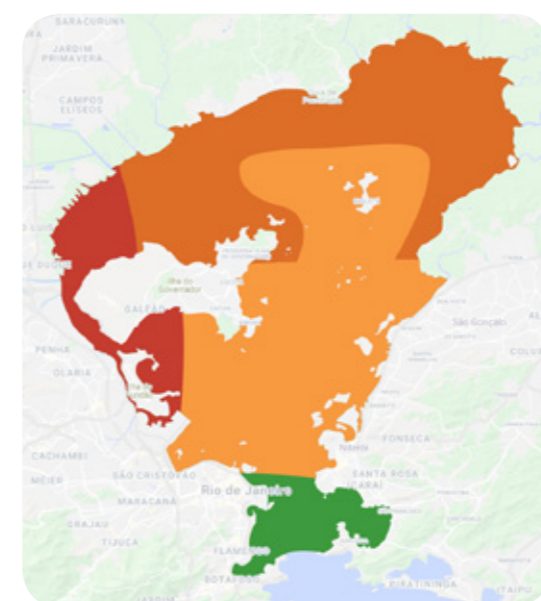
Também foram muito citados conflitos com entidades representativas, pelo que consideraram como falta de representatividade, disputas entre colônias e associações, até dificuldades para obter documentação, como o RGP, o que nem é de responsabilidade direta das instituições.

Quanto às potencialidades, elas são bem características de cada localidade, mas três fatores podem ser atribuídos ao conjunto de pescadores da Baía de Guanabara: a manutenção dos saberes tradicionais, a consciência ambiental e a disponibilidade em participar de iniciativas que possam melhorar a qualidade do ambiente.

Qualidade da água na Baía de Guanabara

Fontes: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, 2017; Projeto de Avaliação de Impactos Cumulativos, 2021

RIO DE JANEIRO
86% do esgoto coletado e 79% disso tratado



MAGÉ
95% do esgoto coletado e tratado

ITABORAÍ
95% do esgoto coletado e tratado

NITERÓI
95% do esgoto coletado e tratado

- Boa
- Moderada
- Ruim
- Muito Ruim

PERFIL DA PESCA NO RIO DE JANEIRO

PRINCIPAIS RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO ATUALIZADOS NO MUNICÍPIO



A pesca artesanal resiste no cenário urbano da cidade do Rio de Janeiro. Em 2017, a atividade foi declarada como Patrimônio Cultural Imaterial do município. O PEA-BG está presente na Ilha de Paquetá e na Ilha do Governador (Jequiá, Cocotá, Freguesia, Tubiacanga, Bancários), locais onde a tradicionalidade da pesca é evidente, mesmo com as dificuldades e pressões enfrentadas.

Além da identidade caiçara, a vocação turística é um potencial comum às duas localidades, apesar da degradação ambiental e de problemas típicos do crescimento urbano desordenado, como a violência, em especial na Ilha do Governador.

Os pescadores das duas ilhas cariocas se queixam do aumento dos custos de produção. Eles associam a redução do estoque de pescado ao derramamento de óleo em 2000, à proximidade de terminais e estruturas de apoio da cadeia produtiva de petróleo e gás, ao tráfego de grandes embarcações, mas também reconhecem a interferência de fatores como a deficiência no saneamento básico.

Observou-se, na Fase 1, que todas as comunidades de pescadores que atuam no Rio contam com sistema de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, mas há muito lixo na orla da Ilha do Governador, com os resíduos trazidos pelo mar. Foi identificado lançamento de esgoto na praia de Cocotá e no manguezal em Jequiá, além do que os moradores de Paquetá reclamavam de esgoto vazando nas praias, apesar da unidade de tratamento local.

Além de conflitos com a cadeia de petróleo e gás, foram identificados atritos entre os pescadores devido à disputa pelos melhores espaços. A pesca predatória foi um problema citado com mais frequência na Ilha do Governador, onde os pescadores têm resistência à arte do curral, usada em outras comunidades, e à pesca industrial feita por traineiras.

QUANTO SOMOS?

Até agora a equipe do PEA-BG já cadastrou 281 pescadores nas comunidades atendidas pelo Projeto na cidade:

Ilha de Paquetá: 35

Jequiá: 61

Cocotá: 35

Freguesia: 29

Tubiacanga: 56

Bancários: 65



BARCOS DA PESCA ARTESANAL

- 303 embarcações
- 4 a 6 metros de comprimento é o tamanho de 42% dos barcos
- 6% dos barcos sem casaria e 64% com casco de madeira



Fonte: Projeto de Caracterização Socioeconômica da Pesca e Aquicultura na Baía de Santos (PCSPA-BS), realizado pela Fiperj (2015).

PRODUÇÃO DA PESCA ARTESANAL

A pesca artesanal não compete com a pesca industrial nos 38 locais de desembarque pesqueiro monitorados pelo Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira (PMAP-RJ). Estes são alguns resultados do monitoramento ao longo de 2020:

- 573.892 quilos de pescado
- Espécies mais pescadas: Tainha e Corvina
- Outras espécies bem presentes: Bonito-cachorro, Bagre, Olho-de-cão, Sardinha-laje, Pescada-branca, Siri-azul e Camarão-branco

- Aparelho com maior volume pescado: Redes de emalhe
- Outros aparelhos com grande volume pescado: Cerco de traineira, cerco fixo (currais de pesca na Ilha do Governador e cercadas na Baía de Sepetiba) e linhas diversas



COMUNIDADE DA ILHA DE PAQUETÁ

Preservada pelo Patrimônio Histórico Cultural, a ilha com 3.612 habitantes (Censo de 2022, testado em 2021) é uma área urbana de vocação turística, onde a pesca está presente, exercida junto com outras funções. O arquipélago fica numa área da Baía de Guanabara rica em peixes devido à constante renovação das águas. Os pescadores partem de vários pontos, principalmente com redes, e vendem o pescado na Praça Bom Jesus, apesar de considerarem o lugar pequeno e inadequado por falta de cobertura. Eles se queixam do píer de languetá, dos dutos e outros empreendimentos de petróleo e gás pela poluição luminosa e sonora que afetaria o pescado e pelos danos a redes, entre outros problemas apontados no Diagnóstico e nas reuniões de retomada.



PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS E SUA RELAÇÃO COM OS IMPACTOS DA CADEIA DE PETRÓLEO E GÁS

RELAÇÃO	Quantidade imensa de navios que entram	Píer de languetá (barulho, luz e óleo)	Navios jogam óleo e produtos químicos	Tubulações (gasodutos e oleodutos)	Rebocadores na entrada da Baía
RELAÇÃO DIRETA					
RELAÇÃO INDIRETA	Trabalha-se mais tempo hoje e gasta-se mais material	Problemas com manutenção e custos de materiais	Dependência de outras atividades para compor renda	Perda e danificação de redes	Redução dos estoques e baixo preço do pescado
SEM RELAÇÃO	Falta de organização social: Colônia Z-3 desativada, Festa de São Pedro depende de políticos	Carência de políticas públicas e infraestrutura para pesca: só 1 ponto de venda, dificuldade para obter combustível e gelo, precisam de linha de crédito e escola de pesca	Problemas de saúde (como na coluna) relativos à atividade	Alto custo para regulamentar embarcações	Marginalização do pescador pela violência urbana
	Poluição dos corpos d'água por lixo doméstico e saneamento básico deficiente	Problemas de saúde (como na coluna) relativos à atividade			
	Pesca predatória, barcos de arrasto, falta de fiscalização da pesca industrial	Poitas colocadas na água			



Outro problema que surgiu durante a Fase 1 do PEA-BG foi a insatisfação com o desfecho do processo judicial sobre o derramamento de óleo de 2000. Fator que contribui para acirrar o principal conflito socioambiental dos pescadores artesanais de Paquetá com a cadeia produtiva de petróleo e gás, muito relacionado ao Píer de languetá e ao fluxo de grandes embarcações. Há ainda outros conflitos, tanto entre eles mesmos, devido à falta de estrutura para venda e à disputa por espaços de pesca, quanto com pescadores de arrasto e com a concessionária de transporte de passageiros, por conta da velocidade das barcas.

CATEGORIA	CONFLITOS IDENTIFICADOS
Pescadores Artesanais X Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás	<ul style="list-style-type: none"> Proximidade de terminais e instalações e circulação de grandes embarcações perto dos pesqueiros, principalmente no entorno das ilhas de Languetá e Boqueirão
Pescadores Artesanais X Pescadores Artesanais	<ul style="list-style-type: none"> Disputa por espaço, peixes e falta de estrutura para venda do pescado: "O lugar onde se vende o peixe não tem espaço para todos."
Pescadores Artesanais X Pescadores de Arrasto	<ul style="list-style-type: none"> Presença frequente de embarcações de pesca de arrasto ("galhudas") no entorno da ilha, que são proibidas ali, mas não são fiscalizadas
Pescadores Artesanais X CCR Barcas	<ul style="list-style-type: none"> Pescadores relatam que barcas passam em alta velocidade e quase os atropelam

Os pescadores artesanais de Paquetá podem ser poucos hoje, mas se chamam de "filhos da ilha", têm tradição e senso de pertencimento, se veem como potencialidade local, assim como é a vocação turística, fortalecida pelo patrimônio histórico e natural protegido e pela limpeza da ilha. Nas reuniões de retomada, somaram-se à lista de potenciais: o atendimento no posto de saúde, a Escola Pedro Bruno e o Solar Del Rei, ambos precisando de reforma.

Os projetos sociais, culturais e ambientais identificados em Paquetá na Fase 1 do PEA-BG, não são específicos para os pescadores. A categoria é unida, se ajuda, se ressentida da colônia desativada há 20 anos, mas não busca se organizar. Isso pode ser trabalhado no Projeto, como se incluiu nos temas prioritários propostos nas reuniões de retomada e resumidos a seguir.

POTENCIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS

- Forte senso de pertencimento dos pescadores
- Alta tradição (Festas de São Roque e São Pedro)
- Proteção ao Patrimônio Histórico e Natural (legislação municipal e IPHAN)
- Vocação turística
- Coleta de Lixo 2 vezes ao dia
- Escola Pedro Bruno
- Solar Del Rei
- Posto de Saúde

TEMAS PRIORITÁRIOS

SENSO DE PERTENCIMENTO	ORDENAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA
História - reconhecendo as embarcações	Legalização do pescador e seus direitos, documentação RGP e de embarcações	Empreendimentos que impactam o pescador	Espaço para Associação
Troca de Saberes para recuperação de redes e embarcações	Políticas Públicas para a pesca artesanal, como galpão / oficina	Etapas e legislação do Licenciamento P&G	Cooperativismo / Associativismo / Compras coletivas de material
Valorização do pescador pela comunidade	Fiscalização sobre traineiras	Participação social no licenciamento	Piscicultura / Aquicultura
	Debate sobre poluição		Cursos de torneiro mecânico e mecânico de motores

Apesar da receptividade inicial positiva, houve dificuldade de mobilização dos pescadores, mas a organização comunitária e outras questões apontadas podem ser trabalhadas na próxima fase.

PERFIL DAS COMUNIDADES DA ILHA DO GOVERNADOR



Como outras áreas urbanas que cresceram de forma rápida e desordenada, a Ilha do Governador conta com pontos bem urbanizados e moradores de classe média/alta convivendo com bolsões de vulnerabilidade social. Apesar dessa vulnerabilidade e da degradação ambiental, as comunidades de pescadores da ilha mantêm vínculos com a cultura caiçara.

Diz-se, por exemplo, que “em **Tubiacanga**, todo mundo é pescador”. Muito próxima do Aeroporto do Galeão, esta comunidade não tem comunicação por terra com outras localidades da Ilha do Governador. Além do aeroporto, ela sofre impacto de outros empreendimentos, como a Reduc e o lixão de Gramacho, e não é simpática aos muitos currais

de pesca instalados em sua área marítima. Os pescadores não têm lugar específico para embarcar ou desembarcar, vendem boa parte do peixe em Tubiacanga mesmo. Os mais velhos, que já não vão para o mar, podem ser vistos na areia da praia construindo ou consertando barcos. Os mais jovens têm seguido a tendência de trabalhar embarcado ou partir para atividades de construção civil.

A região de **Bancários**, que engloba as comunidades Praia da Rosa, Parque Proletário e INPS, é a mais vulnerável entre as atendidas pelo PEA-BG na cidade do Rio. O tráfico de drogas que cercava a comunidade passou a afetar a rotina dos pescadores em 2021. O entreposto de pesca no local precisa de reformas e há pessoas morando nos boxes da Associação de Pescadores, em um espaço pequeno que deveria ser utilizado só para guardar petrechos. A associação é o principal ponto de desembarque, além de ponto de encontro dos pescadores, local para confecção e manutenção de espinhel, redes e barcos. A pesca de espinhel é característica da comunidade.

Jequiá abrange as praias de Zumbi e Engenhoca, onde há muitos barcos de turismo/passeio, e a Colônia, que concentra o maior número de pescadores. Na região, há um ponto comunitário de venda de pescado e se localiza a Colônia Z-10, uma das primeiras fundadas no país. Os pescadores artesanais não saem das praias, mas sim do canal do Rio Jequiá, que sofre com o assoreamento. É a única comunidade onde ainda foi identificada uma infraestrutura para a atividade: uma peixaria comunitária.

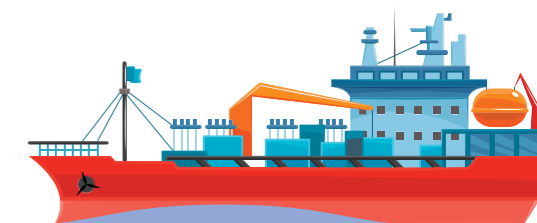
Um dos bairros mais conhecidos da Ilha do Governador, **Cocotá** tem orla extensa, comércio desenvolvido, estrutura boa para cultura e lazer, porém não para a pesca. O local que um dia foi conhecido pela venda de camarão vivo como isca, hoje tem poucos pescadores na prática, a maioria idosos, guardiões de um conhecimento tradicional. Eles resistem saindo para pescar em diversos pontos da orla, principalmente na “amendoeira” e no “canhão”, junto com pescadores vindos de outros municípios. Como a comunidade não tem aderido ao PEA-BG, foi unida a Jequiá para participação no Projeto.

As praias da **Freguesia** têm boa infraestrutura, com quiosques, embarcações de turismo e pesca de lazer. Os pescadores em boa parte se consideram amadores, não vivem da pesca e se aposentaram em outras atividades. Eles pescam de rede/alvitana ou de mergulho, desembarcando em frente a uma casa vazia de um conhecido pescador aposentado, onde guardam barcos, petrechos e vendem o pescado.



Os principais problemas socioambientais identificados nas comunidades da Ilha do Governador referem-se à carência de saneamento básico, poluição da Baía de Guanabara e aos impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás, até pela proximidade com a Reduc e outras instalações desta indústria. Confira estes e outros problemas apontados no Diagnóstico Participativo, incluindo os adicionados nas reuniões de retomada.

PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS E SUA RELAÇÃO COM OS IMPACTOS DA CADEIA DE PETRÓLEO E GÁS



RELAÇÃO DIRETA	Impactos de terminais, estruturas instaladas e embarcações: barulho, luz, despejo de rejeitos, restrição de espaço	Proximidade com a Reduc	Impactos do vazamento de 2000
RELAÇÃO INDIRETA	<p>Redução dos estoques e das espécies de pescado</p> <p>Aumento do esforço de pesca e dos custos com material</p>		<p>“Não vai mais existir pescador artesanal”</p>
SEM RELAÇÃO	<p>Falta de políticas públicas e infraestrutura para a atividade de pesca</p> <p>Poluição dos corpos d’água por lixo doméstico, despejo de efluentes por indústrias e falta/deficiência de saneamento básico</p> <p>Assoreamento de rios e desmatamento de mangue, inclusive por ocupações irregulares</p>	<p>Violência urbana (máfia de transportes e tráfico de drogas) e no mar (roubos, pirataria)</p> <p>Problemas de saúde relativos à atividade da pesca, como doenças de pele, coluna e visão</p> <p>Grandes empresas ao redor da Baía e abandono de embarcações (somados por Jequiá)</p>	<p>Carência de organização social dos pescadores, com desunião e falta de participação</p> <p>Infestação de biguás e aterramento na área de Tipitimirim (problemas somados em Bancários)</p> <p>Problemas com RGP e Seguro defeso</p> <p>Currais de pesca (problemas adicionados nas reuniões de Bancários e Tubiacanga)</p>

Na Fase 1 do PEA-BG, observou-se a insatisfação dessas comunidades com o processo judicial referente ao derramamento de óleo de 2000 e outros problemas como: acúmulo de lixo levado por correntes marítimas para a ilha, desinteresse dos jovens pela pesca, falta de fiscalização sobre pesca predatória das traineiras, aumento do número de currais afetando a circulação de barcos. Os pescadores de Bancários ainda reclamaram de embarcações de fora usando boias que os impedem de atracar, enquanto os de Freguesia são frequentemente ameaçados pelo poder público de perder seu espaço na orla onde deixam os barcos.

As dificuldades de convívio com as instalações industriais, os currais de pesca e questões envolvendo outros pescadores artesanais e os problemas com o poder público foram reforçados pelos pescadores da Ilha do Governador ao tratarem dos conflitos vivenciados.

CATEGORIA	CONFLITOS IDENTIFICADOS
Pescadores Artesanais X Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás	<ul style="list-style-type: none"> Relacionam-se ao vazamento de 2000, à violência de agentes de segurança nas instalações, à demora das empresas para repor materiais de pesca danificados
Pescadores Artesanais X Pescadores Artesanais	<ul style="list-style-type: none"> Currais de pesca de outras comunidades muito próximos, pesca predatória e traineiras de arrasto de outras comunidades, críticas à Colônia Z-10 e outras associações
Pescadores Artesanais X CCR Barcas	<ul style="list-style-type: none"> Restrição da área de pesca, em especial pela Marinha, e queixas de abuso de autoridade

Já as potencialidades nas comunidades da Ilha do Governador referem-se principalmente à tradição da pesca artesanal, ao potencial turístico e uma unidade de conservação municipal.

POTENCIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS
Potencial turístico de localidades como Praia da Guanabara, na Freguesia, e o mangue para ecoturismo em Tubiacanga
Tradicionalidade da pesca artesanal, sobretudo em Tubiacanga e Jequiá, onde há manguezais, sambaquis, Festa de São Pedro, além de uma das colônias de pesca mais antigas do Brasil
Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU) do Jequiá
Forte senso de pertencimento, especialmente em Tubiacanga
Proximidade dos locais de pesca
Solidariedade e irmandade entre os pescadores, ajudando-se mutuamente
Igreja da Freguesia (patrimônio histórico) e o potencial turístico do Bananal, na Pedra da Onça



Na Fase 1 do PEA-BG, também foram identificadas ações de recolhimento de óleo usado e limpeza das águas da Baía de Guanabara em comunidades da Ilha do Governador.

Além de aprovarem, mudarem e somarem dados ao Diagnóstico Participativo, as comunidades definiram, nas reuniões de retomada em 2019, alguns temas prioritários a se trabalhar. Como houve dificuldade para participação dos pescadores da Ilha do Governador nas atividades remotas, não foi possível trabalhá-los totalmente. De todo modo, trazemos os principais temas aqui, assim como algumas ideias de projetos de geração complementar de renda identificadas junto às comunidades durante a Fase 1.



JEQUIÁ / COCOTÁ

Os pescadores da localidade almejam a construção de um cais para ancoragem e manutenção de barcos, antiga promessa do poder público. Enquanto em Jequiá, há uma afinidade com projetos envolvendo limpeza do mar e reciclagem de resíduos e potencial para atividades de turismo de base comunitária e organização de rede de comercialização solidária de produtos do pescado. Os principais temas para o PEA-BG sugeridos em reunião de retomada em Jequiá foram estes:

TEMAS PRIORITÁRIOS

SENSO DE PERTENCIMENTO	ORDENAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA
<p>Oficinas sobre cultura de gerações pesqueiras e história dos pescadores da Colônia Z-10</p> <p>Identidade I: cultura caiçara e pesca artesanal na Baía de Guanabara</p> <p>Identidade II: ética na pesca</p> <p>Valorização e direitos do pescador artesanal</p>	<p>Poluição da Baía de Guanabara e do Mangue de Jequiá</p> <p>Levantamento dos limites dos acessos dos pescadores na Baía e ampliação de áreas de pesca artesanal (Marinha)</p> <p>Fiscalização sobre entrada de traineiras</p> <p>Políticas Públicas de Infraestrutura para pesca</p> <p>Questões jurídicas sobre derramamento de óleo de 2000</p> <p>Mapa BG - Ordenamento, gestão, participação e Políticas Públicas, com projetos e atuação em fóruns locais</p>	<p>Por dentro dos processos de licenciamento da cadeia de petróleo e gás: Etapas, como participar, entendimento da atuação de órgãos públicos</p>	<p>Como funciona uma cooperativa e outros modos de organização coletiva</p> <p>Economia Solidária, comércio justo e captação de recursos</p> <p>Inserção da mulher na cadeia da Pesca</p> <p>Cursos profissionalizantes para jovens (caícos - barcos)</p> <p>Turismo de Base Comunitário: Culinária, Ecoturismo, Manguezal, Ilha Seca</p>

FREGUESIA

Mesmo com pouca participação da comunidade, identificou-se que a principal demanda em Freguesia se relaciona com o ordenamento territorial da orla da praia, onde os pescadores são frequentemente notificados para retirar os barcos da areia e coibidos de vender o peixe. Eles desejam melhor infraestrutura para a pesca, local adequado para venda do pescado, guarda dos barcos e materiais de pesca e destacaram os seguintes temas para o PEA-BG:



TEMAS PRIORITÁRIOS

SENSO DE PERTENCIMENTO

Oficina sobre mapa e história dos pescadores na Baía de Guanabara

Fortalecer o grupo para formar associação ou cooperativa

Valorização da Cultura do Pescador Artesanal

Direitos dos pescadores e o defeso

ORDENAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

Fiscalização sobre a Pesca Predatória e delimitação de espaço para traineiras

Diálogo com o poder público sobre saneamento básico e políticas para o pescador

Qualificar o pescador para participar do debate público e das instâncias consultivas

Como abrir Associações de Pescadores

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Compreender questões do Licenciamento Ambiental e impactos da cadeia de petróleo e gás

GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Ações voltadas para venda do pescado, incluindo uso de novas tecnologias para ampliá-la

Inserção do pescado na merenda escolar

Diferença entre Associação e Cooperativa



TUBIACANGA

A comunidade do Rio que mais aderiu ao PEA-BG até o momento foi Tubiacanga, mesmo em atividades remotas sempre há participação de pescadores locais. A comunidade anseia pela construção de um rancho/entrepasto para abrigar materiais de pesca, consertar embarcações e vender pescado, além da reforma do seu píer. Um grupo de pescadores tenta se organizar para abrir ou reativar uma associação.

TEMAS PRIORITÁRIOS

SENSO DE PERTENCIMENTO

Fortalecimento dos pescadores em associação

Valorização do pescador fortalecimento do saber: direitos

História dos pescadores artesanais de Tubiacanga

ORDENAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

Políticas Públicas relacionadas a lixo doméstico e saneamento básico

Poluição industrial e o despejo dos efluentes

Fiscalização sobre currais ativos e abandonados

Documentação seguro defeso

Entender mecanismos de fiscalização (pescador)

Políticas Públicas: construção de rancho

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Processos de licenciamento ambiental e condicionantes

Papéis da Marinha, IBAMA, INEA, município etc.

GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Oficinas / palestras para capacitação dos pescadores sobre seus equipamentos

Compreender cadeia produtiva da pesca



BANCÁRIOS

Apesar da baixa adesão da comunidade, foi possível observar afinidade de alguns pescadores de Bancários com ações de limpeza do mar e reciclagem, mas também tendem a demandar por reforma do píer e de embarcações, além de organização de rede de comercialização solidário de produtos do pescado. Observou-se também a vontade de regularizar a Associação de Pescadores da comunidade, além de outros temas apontados na reunião de retomada.

TEMAS PRIORITÁRIOS

SENSO DE PERTENCIMENTO

Tradição: Oficinas de construção de barcos, entralhar e remendar redes

Valorização do pescador (direitos, documentação)

ORDENAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

Dúvidas sobre o defeso e burocracia para obter documentos de pesca

Segurança no espaço marítimo e aproximação com a Marinha para orientação

Funções dos órgãos ambientais

Fiscalização sobre currais e traineiras

Poluição e coleta de lixo na Baía de Guanabara e assoreamento dos rios

Políticas Públicas: infraestrutura para pescador

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Etapas do Licenciamento Ambiental

Encontros para discutir empreendimentos que impactam o pescador artesanal

Participação popular (Estaleiro EISA)

GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Construção de barco (prática)

Como funciona uma cooperativa?

Comércio e preço justo (atravessadores)

PERFIL DA PESCA EM MAGÉ

PRINCIPAIS RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO ATUALIZADOS NO MUNICÍPIO



Magé é um município rico em biodiversidade, porém cheio de pressões urbanas, por isso conta com Unidades de Conservação para tentar proteger essa riqueza. Entre essas unidades estão a APA de Suruí, o Parque Natural Barão de Mauá, a Estação Ecológica da Guanabara, que é a área mais conservada de toda a Baía, e a APA de Guapimirim, criada para proteger os remanescentes de manguezais e assegurar a permanência dos pescadores.

Importante zona pesqueira utilizada pelos pescadores de Magé, principalmente para coleta de caranguejo, fica na APA de Guapimirim. Os pescadores entendem a necessidade da preservação ambiental, até reclamam quando falta fiscalização sobre as práticas predatórias, mas também têm conflitos com a gestão da unidade especialmente no período do defeso do caranguejo e também devido aos currais de pesca. Outras situações de conflitos comuns no município ocorrem pela dificuldade de obtenção de documentos junto à Marinha e pela desvalorização do pescado por atravessadores.

O município conta com nove comunidades (detalhadas a seguir) que vivem da pesca artesanal e participam do PEA-BG. No Diagnóstico Participativo, elas apontaram como principais problemas relativos à cadeia produtiva de petróleo e gás a limitação das áreas de pesca e o aumento de rebocadores e navios, que causariam poluição, barulho e perda de redes. Também foram muito citados problemas relativos à carência de serviços públicos, poluição industrial e assoreamento de rios e manguezais, falta de saneamento básico. A rede de abastecimento de água só atende a parte central de Suruí, levando quem pode a usar poços artesanais, o que não é possível em casas mais próximas dos rios. O problema é tão grave que já gerou protestos na Rodovia BR-493. Boa parte do esgoto é lançada sem tratamento em valões, canais e rios que desaguam no mar.

Apesar da degradação ambiental e da disputa por espaço, a pesca artesanal em Magé continua sendo desenvolvida nos moldes tradicionais, com barcos construídos por pescadores, trabalho em família, relações de troca. Essa tradicionalidade da pesca é uma potencialidade no município, assim como sua vocação turística e seu nível de organização social, que mesmo precisando se fortalecer, está acima da média de outros locais.



QUANTO SOMOS?

Foram cadastrados 668 pescadores nas nove comunidades atendidas pelo Projeto em Magé:

- Suruí: 146
- Piedade: 56
- Canal: 75
- Barbuda: 23
- Mauá: 142
- Olaria: 108
- Anil: 14
- Coroa de São Lourenço: 61
- São Francisco do Croará :43

BARCOS DA PESCA ARTESANAL

- 197 embarcações
- 57% dos barcos medem de 6 a 8 metros de comprimento
- 90% dos barcos possuem casaria e 94% têm casco de madeira



Fonte: Projeto de Caracterização Socioeconômica da Pesca e Aquicultura na Baía de Santos (PCSPA-BS), realizado pela Fiperj (2015).

PRODUÇÃO DA PESCA ARTESANAL

Há somente pesca artesanal nos 18 locais de desembarque pesqueiro monitorados pelo Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira (PMAP-RJ) em Magé. Estes são alguns resultados do monitoramento durante o ano de 2020:

- 513.352 quilos de pescado
- Espécies mais pescadas: Tainha, Corvina, Sardinha-laje e Caranguejo-uçá

- Outras espécies bem presentes: Robalo, Robalo-flecha, Bagre, Tilápia, Camarão-branco e Siri-azul
- Aparelho com maior volume pescado: Redes de emalhe, cerco fixo (curral) e armadilhas para caranguejo

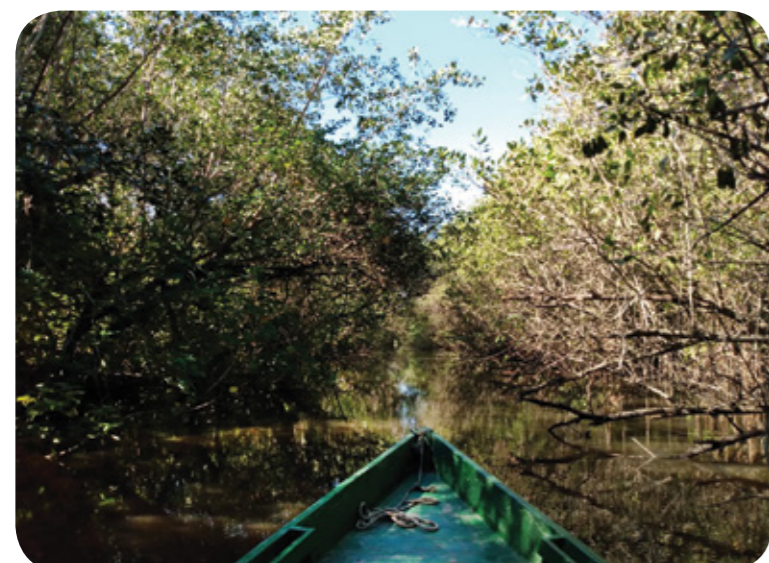
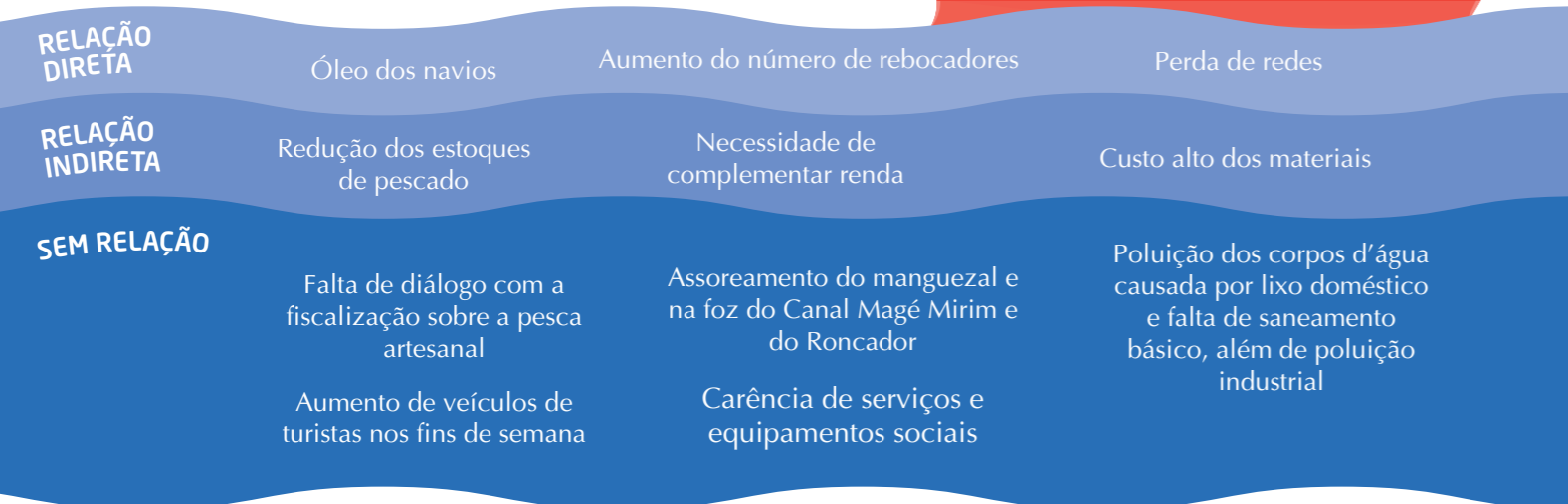


COMUNIDADE DE PIEDADE

Os pescadores de Piedade constroem suas próprias embarcações, da forma como aprenderam com seus antepassados, os índios Tupis. Também utilizam os currais de pesca e os consideram sustentáveis, mas enfrentam um conflito com o órgão ambiental responsável pela gestão da APA de Guapimirim. A comunidade tem acesso direto à Baía de Guanabara e conta com um píer, que também atende ao turismo local. Destaca-se ainda a presença da comunidade quilombola do Feital, que tem a cata do caranguejo como sua principal característica. Mas tanto a cata quanto a pesca sofrem com problemas socioambientais, como esses apontados pelo Diagnóstico Participativo, já atualizado:



PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS E SUA RELAÇÃO COM OS IMPACTOS DA CADEIA DE PETRÓLEO E GÁS



Outros dois problemas citados no Diagnóstico foram aparentemente solucionados durante a Fase 1 do PEA-BG. Um deles era a falta de infraestrutura para os pescadores, mas em 2019 foi reinaugurado o Píer da Piedade, construído pela Prefeitura de Magé, com recursos da Petrobras.

O outro problema, classificado como conflito, era a falta de representatividade, o que se reduziu a partir do fortalecimento de duas entidades representativas em Piedade: a Associação Pescadores Luthando pela Vida e a Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo do Feital. Hoje os principais conflitos se referem à fiscalização sobre a pesca artesanal e à restrição das áreas de pesca.

CATEGORIA	CONFLITOS IDENTIFICADOS
Pescadores Artesanais X Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás	• Redução nas áreas de pesca causada pelas áreas de restrição à atividade
Pescadores Artesanais X Órgãos de Controle Ambiental	• Os pescadores reclamam que o órgão ambiental “persegue os curraleiros”
Pescadores Artesanais X Atravessadores	• “A venda do pescado é difícil, temos que morrer na mão do atravessador”
Caranguejeiros X Poder Público	• Defeso
Pescadores Artesanais X Associações e Colônias	• Falta de representatividade

A orla da Piedade e o patrimônio histórico da região, assim como a identidade caiçara e o reconhecimento pela Fundação Palmares da comunidade quilombola do Feital, onde vivem muitos caranguejeiros, foram apontadas entre as potencialidades locais.

Mesmo com as dificuldades para que a comunidade acompanhasse as atividades remotas na Fase 1, relacionadas à exclusão digital, já foram identificadas algumas demandas de projetos, envolvendo comércio solidários de produtos do pescado, aquicultura com tanques e turismo de base comunitária. As entidades locais começam a se fortalecer e o PEA-BG apoiou a Luthando pela Vida em suas eleições em 2021, quando pescadores de Canal e Barbuda também passaram a se associar. Destacamos ainda os temas prioritários indicados em Piedade no início do Projeto, alguns deles que já começaram a ser trabalhados.

POTENCIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS

- Potencial turístico, Piedade é considerada uma das praias mais bonitas de Magé
- Patrimônio histórico (Poço Bento)
- Presença de identidade caiçara
- Pescadores manifestam muito orgulho em relação à profissão
- Turismo de Base Comunitária
- Feira de pescado e gastronomia
- Identidade quilombola
- Reviver festas tradicionais

TEMAS PRIORITÁRIOS

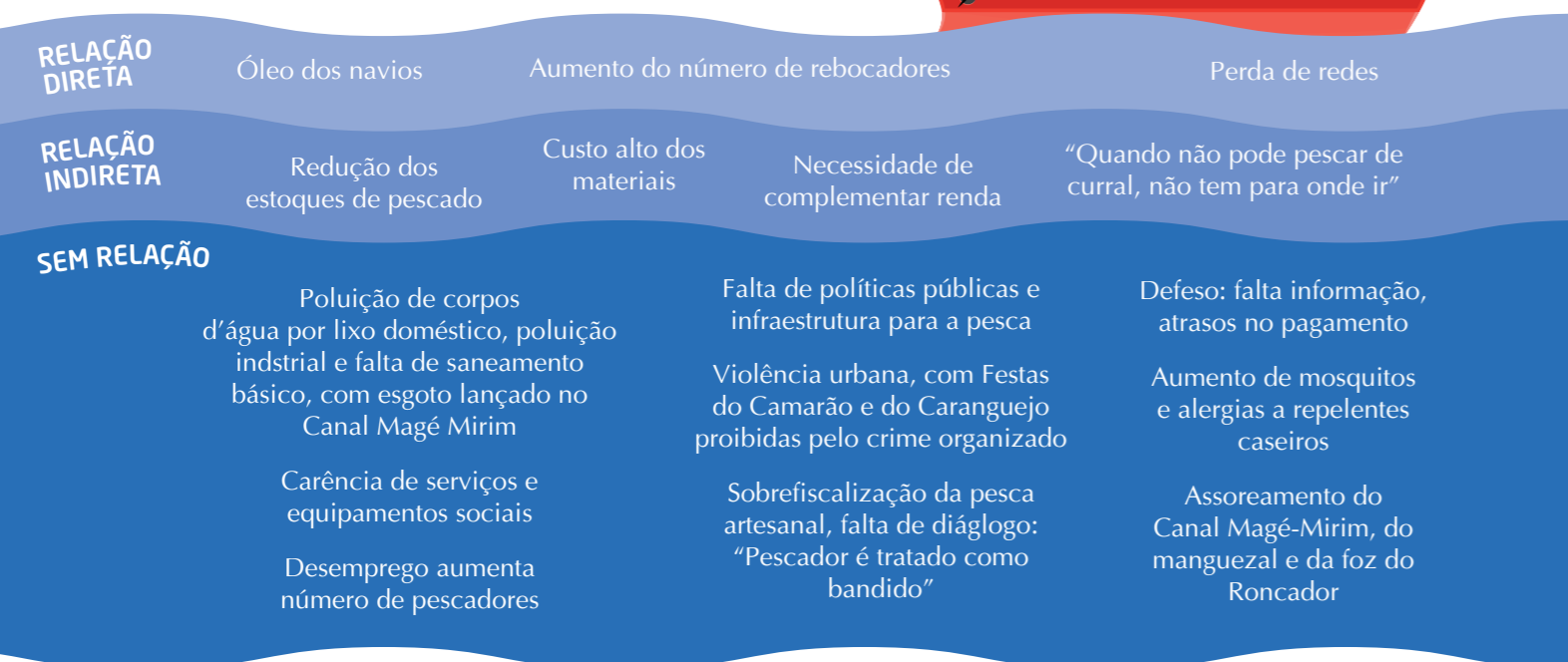
SENSO DE PERTENCIMENTO	ORDENAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA
Mulheres na cadeia da pesca	Fiscalização: quem define regras? Como transformar esta realidade?	Licenciamento Ambiental: etapas, atribuições dos órgãos, participação	Cooperativismo / Associativismo
Valorização e Visibilidade do Pescador, pescadora, catadores, catadoras (prisões, ameaças e restrições)	Participação da gestão territorial, instituições, legislação, responsabilidades	Compreender o licenciamento e o aumento das embarcações	Troca de experiências sobre beneficiamento do caranguejo
Como manter a tradição do curral	Documentação (regras, exigência de direitos)		Feira do peixe e gastronomia - Criar espaço ou reativar e qualificar o ponto de venda local de culinária e artesanato
Culinária e artesanato local	APA de uso sustentável: direitos de deveres do pescador/catador		Turismo de Base Comunitária
Conhecendo o quilombo do Feital	Diálogos para uso do píer após a revitalização		
	Saneamento básico: como exigir melhorias		

NÚCLEO DE CANAL E BARBUDA

O Canal Magé Mirim é o que separa as comunidades Canal e Barbuda. Os pescadores circulam entre elas e compartilham as mesmas técnicas. Na região vive a família Couto, pioneira na captura de caranguejo com as "redinhas", armadilhas feitas de fios plásticos de sacos de trigo. O Diagnóstico aponta que os problemas também são os mesmos, como a falta de políticas públicas. Atingido por esgoto, poluição industrial e assoreamento, o Magé Mirim está tão degradado que, em dias de maré baixa, resta uma fina lâmina de água sobre o fundo de lama.



PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS E SUA RELAÇÃO COM OS IMPACTOS DA CADEIA DE PETRÓLEO E GÁS



Nas reuniões de retomada, os pescadores destacaram o aumento de rebocadores entre os impactos da cadeia de petróleo e gás. A fiscalização sobre pesca artesanal foi uma situação de conflitos enfatizada, enquanto a tensão com atravessadores teria sido superada em Barbuda devido à venda direta do pescado.

CATEGORIA	CONFLITOS IDENTIFICADOS
Pescadores Artesanais X Órgãos de Controle Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Relatos sobre abuso de autoridade na fiscalização ambiental: "A fiscalização do IBAMA é pesada"
Pescadores Artesanais X Cadeia Produtiva de P&G	<ul style="list-style-type: none"> Muitas áreas de restrição à pesca
Pescadores Artesanais X Atravessadores	<ul style="list-style-type: none"> Relatos sobre uso de violência simbólica pelos atravessadores ("pombeiros")

Mesmo diante das dificuldades, os pescadores de Canal e Barbuda identificaram potencialidades, principalmente a tradição da pesca artesanal, com seus saberes na confecção de caícos (embarcações típicas do local), a união entre eles e as festas que infelizmente deixaram de ser realizadas devido à violência.

Este sentimento de união foi trabalhado para organização comunitária durante a Fase 1, quando também foram verificados outros potenciais, como a consciência ambiental e a vontade tanto de retomar a Banca de Peixe no Canal quanto de inserção na Feira da Barbuda, onde os pratos de peixe e caranguejo ainda não seriam vendidos por pescadores locais. Os temas prioritários para o PEA-BG foram definidos separadamente nas reuniões de retomada, antes das duas comunidades serem tratadas como um núcleo.

POTENCIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS

- Atividade da pesca remonta a práticas ancestrais
- Pescadores de Barbuda detêm o saber da produção de embarcações
- Festas do Camarão (Canal) e do Caranguejo (Barbuda)
- União dos pescadores

TEMAS PRIORITÁRIOS - CANAL

<p>SENSO DE PERTENCIMENTO</p> <p>Encontro Culinário (produção de livro de receitas e memórias)</p> <p>Valorização da pesca artesanal</p> <p>Organização das mulheres caranguejeiras (troca de experiências)</p>	<p>ORDENAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL</p> <p>Defeso</p> <p>Pesca artesanal - Regulamentação</p> <p>Disputa do espelho d'água (reconhecendo os atores e escalas)</p>	<p>LICENCIAMENTO AMBIENTAL</p> <p>Etapas do Licenciamento Ambiental</p>	<p>GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA</p> <p>Construção de barco (prática)</p>
--	--	--	--

TEMAS PRIORITÁRIOS - BARBUDA

<p>SENSO DE PERTENCIMENTO</p> <p>História "Natural" - as belezas do meu lugar</p> <p>Valorização e Visibilidade do Pescador - Mapa</p> <p>Registro audiovisual da prática da pesca</p>	<p>ORDENAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL</p> <p>Política pública sobre assoreamento</p> <p>Participação social na Gestão Ambiental Pública</p> <p>Atribuições de Colônia e Associações</p> <p>Plano Diretor e uso de Royalties</p> <p>Direitos e deveres dos pescadores</p>	<p>LICENCIAMENTO AMBIENTAL</p> <p>Licenciamento Ambiental - Conhecendo etapas, atribuições dos órgãos e participação</p>	<p>GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA</p> <p>Cooperativismo / Associativismo</p> <p>Troca de experiências sobre Beneficiamento do Caranguejo</p> <p>Reativar os pontos no mercado local</p>
---	---	---	---

Apesar da resistência e da exclusão digital, foi possível identificar demandas das comunidades, como reabertura da Banca de Peixe ou estruturação de novo espaço para venda, formação de rede de comércio solidário, beneficiamento do caranguejo. Mas antes de tudo é preciso fortalecer a organização comunitária, o que começou a ser feito na Fase 1, com a adesão dos pescadores à Associação Luthando pela Vida, em Piedade, comunidade com a qual também devem formar um núcleo na próxima etapa do PEA-BG.

COMUNIDADE DE SURUÍ

Suruí é a comunidade do PEA-BG com mais pescadores. As lideranças estimam que eles são 2 mil dos 8 mil moradores, com destaque para as catadoras de caranguejo. O Rio Suruí é sua rota até a Baía e seu assoreamento, a falta de saneamento básico e infraestrutura para a pesca, os dutos de óleo e gás que passam pelo mangue estão entre os problemas apontados no Diagnóstico.

PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS E SUA RELAÇÃO COM OS IMPACTOS DA CADEIA DE PETRÓLEO E GÁS



RELAÇÃO DIRETA	Luz, barulho e óleo dos navios	Invasão do espaço da pesca, desrespeito no tráfego de embarcações, lanchas de apoio cortam redes	Uso de força armada contra pescadores				
RELAÇÃO INDIRETA	Redução dos estoques de pescado	Aumento dos custos dos materiais	Preocupação sanitária com o pescado	Preço baixo do caranguejo	Alagamento e desmatamento de mangue por impacto dos dutos e de ocupações irregulares		
SEM RELAÇÃO	Assoreamento e pluição do Rio Suruí por lixo doméstico, poluição industrial e falta de saneamento	Falta de políticas públicas e infraestrutura para a pesca	Contaminação do lençol freático	Desmatamento e ocupação irregular em mangue e margens do rio	Diminuição do espelho d'água	Carência de serviços e equipamentos sociais	Problemas com RGP/ Seguro Defesa



O desmatamento no mangue e os alagamentos, causados por impactos dos dutos e por outros fatores como ocupações irregulares, foram destacados nas reuniões de retomada. A instalação de dutos em áreas de mangue foi apontada como uma das razões do conflito entre a comunidade e a cadeia de petróleo e gás. Conflitos com o ICMBio na área de influência da APA de Guapimirim também foram apontados, principalmente devido aos "cortes de currais", além de outras situações envolvendo diferentes atores.

CATEGORIA	CONFLITOS IDENTIFICADOS
Pescadores Artesanais X Órgãos de Controle Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Falta de transparência e relatos de truculência pela fiscalização, com corte de currais
Pescadores Artesanais X Cadeia produtiva de P&G	<ul style="list-style-type: none"> Conflitos com a Petrobras, restrição das áreas de pesca e instalação de dutos em área de mangue
Pescadores Artesanais X Colônias e Associações de Pesca	<ul style="list-style-type: none"> Suposta má administração dos recursos pela Colônia Z-9 e conflito com a Federação de Pesca
Pescadores Artesanais X Poder Público Municipal	

Mesmo com os conflitos e as restrições, a comunidade pesqueira vê como potencial a inserção de Suruí em uma Área de Proteção Ambiental de Uso Sustentável. Ao patrimônio histórico já apontado como potencialidade no Diagnóstico, foram somados, nas reuniões de retomada: o Casarão de 1890, o cais do rio Suruí e a Praia do Remanso.

A organização comunitária foi um potencial bem trabalhado em Suruí na Fase 1. A Associação dos Caranguejeiros e Amigos do Mangue de Magé (ACAMM) participou das ações do PEA-BG, se reestruturou, conquistou um edital pelo qual alugou uma sede, se lançou nas redes sociais. A comunidade já começou a elaborar um pré-projeto junto ao PEA-BG, que deve contemplar alguns dos aspectos definidos como temas prioritários nas reuniões de retomada.

POTENCIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS
Patrimônio Histórico (Igreja Matriz de São Nicolau e Casarão)
Comunidade atendida pelos trens da Supervia
Potencial agrícola (engenhos de farinha de mandioca)
APA de Uso Sustentável de Suruí
Demanda por projeto de educação ambiental
Nível de organização comunitária acima da média na região
Festa de São Nicolau e Escola de Samba "Se empurrar eu caio"
Cais do Rio Suruí e Praia do Remanso na saída do rio

TEMAS PRIORITÁRIOS - BARBUDA

SENSO DE PERTENCIMENTO	ORDENAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA
<ul style="list-style-type: none"> Curso de beneficiamento para jovens Festa de São Nicolau, festas juninas Cuidando do espaço natural 	<ul style="list-style-type: none"> Direitos do pescador e seu espaço na Baía Regularização / documentação Participação popular na gestão pública Solicitar a dragagem do Rio Suruí 	<ul style="list-style-type: none"> O papel de cada órgão ambiental Licenciamento sobre navios estacionados Licenciamento municipal do saneamento básico Estudo de caso sobre a passagem dos dutos Qualificar para fala em reuniões públicas e construção dos projetos de licenciamento 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto de piscicultura / aquicultura Projeto de limpeza da Baía e Usina de Reciclagem Venda direta do pescado Associativismo / cooperativismo Cursos de manutenção de embarcações, confecção e reparo de materiais de pesca

FOTO DE ANDRÉA BRÉTAS



Durante a fase 1, a comunidade de Suruí compreendeu a importância de se envolver mais na gestão dos projetos. Por já terem participado de ações envolvendo limpeza e reflorestamento de mangue, os pescadores tendem a demandar ações semelhantes, além de outras como aquicultura e rede de comércio solidário de produtos do pescado/caranguejo.

PERFIL DAS COMUNIDADES DO DISTRITO DE MAUÁ



O distrito de Guia de Pacobaíba, mais conhecido como Mauá, é banhado pela Baía de Guanabara. A pesca artesanal é tradicional na região, que tem uma orla de aproximadamente 10 quilômetros, bela e pouca explorada pelo turismo devido à poluição. Cinco comunidades pesqueiras da região participam do PEA-BG: Mauá, Olaria, Anil, Coroa de São Lourenço e São Francisco do Croará.

Na Praia da **Olaria**, junto à Colônia Z-9, fica um dos principais pontos de desembarque do distrito. No entanto, não há um píer e a peixaria local não atua numa perspectiva de economia solidária, alguns pescadores vendem sua produção em bancas na beira da praia.

A menor comunidade desse núcleo, o **Anil**, é vizinha a Olaria. Os pescadores saem dos mesmos locais, deixam os barcos juntos na beira da praia. São localidades que não se diferenciam, por isso seus pescadores foram agrupados para as atividades do PEA-BG.

É comum, na verdade, ver pescadores chegando e partindo de vários pontos da faixa de areia de todo o distrito, como a Ponte do Kazeca e as sedes da Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara (Ahomar) e da Associação de Moradores e Pescadores de São Francisco e São Lourenço Amop e). Aliás, **São Francisco do Croará** e **Coroa de São Lourenço** também são comunidades vizinhas que estão juntas no PEA-BG.

Já os coletores de caranguejo partem de suas casas mesmo, pois em sua maioria vivem à margem do mangue. Este é um perfil de pescador muito presente na comunidade de Mauá, uma das mais atingidas pelo derramamento de óleo em 2000 e por um vazamento no Rio Estrela, em 2019. Como verá adiante, o “orgulho de ser pescador” foi um potencial apontado na localidade, ao lado das mulheres que catam caranguejo. Ou seja, a pesca resiste.

Além do caranguejo, os principais pescados no distrito são corvina e sardinha e os tipos de pesca mais comuns são curral e rede de espera.

NÚCLEO MAUÁ - PROBLEMAS, CONFLITOS E POTENCIALIDADES

A falta de saneamento básico, assim como de outras políticas públicas, inclusive de estrutura para a pesca, está entre os principais problemas socioambientais identificados nas cinco comunidades do núcleo: Mauá, Olaria, Anil, Coroa de São Lourenço e São Francisco do Croará. Os impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás também estão muito presentes no Diagnóstico Participativo e em sua atualização, destacando-se que a região foi uma das mais afetadas pelo vazamento de óleo em 2000 e as comunidades se preocupam bastante com a possibilidade de contaminação do pescado por óleo de embarcações.

PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS E SUA RELAÇÃO COM OS IMPACTOS DA CADEIA DE PETRÓLEO E GÁS



RELAÇÃO DIRETA	Impactos de terminais, estruturas instaladas e embarcações: barulho, luz, despejo de rejeitos, restrição de espaço	Preocupação com contaminação do pescado por óleo	Uso de força armada contra pescadores	Invasão do espaço da pesca, falta de respeito no tráfego de embarcações da cadeia de P&G, que cortam redes
RELAÇÃO INDIRETA	Redução dos estoques e das espécies de pescado	Derramamento de óleo no Rio Estrela em 2018 devido a uma tentativa de furto em duto, levando à rejeição do caranguejo	Preço baixo do caranguejo	Alguns pescadores complementam renda com fretes
SEM RELAÇÃO	Falta de políticas públicas e infraestrutura para a atividade de pesca, tendo estrutura de desembarque apenas em Olaria Problemas com RGP e Seguro Defeso Dependência do atravessador, que desvaloriza o pescado Carência de serviços e equipamentos sociais	Pesca predatória, áreas de fundeio irregulares, currais desativados Falta de fiscalização de órgãos ambientais Desmatamento em áreas de manguezal e ocupação de margens dos rios Alto valor do Pedágio na Rodovia BR-116, que dificulta vinda de visitantes que compram o pescado	Assoreamento de vários rios da região Poluição de rios e mangues por falta de saneamento básico e por lixo doméstico Poluição do ar com cheiro de gás Problemas de saúde relacionados à pesca Descaso com patrimônio (Ponte de Ferro e Locomotiva)	

Nas reuniões de retomada, em 2019, as comunidades destacaram o acidente ocorrido no ano anterior, com derramamento de óleo no Rio Estrela, causado por tentativa de furto em um duto da Transpetro, que impactou na cata do caranguejo. Este fato contribuiu para o acirramento do principal conflito na localidade, envolvendo pescadores artesanais e a cadeia de petróleo e gás, e levou ao surgimento de outro conflito envolvendo a empresa responsável pelo duto, a Prefeitura de Magé e a Colônia por conta de falta de informações sobre o vazamento e um possível repasse de recursos.

CATEGORIA	CONFLITOS IDENTIFICADOS
Pescadores Artesanais X Cadeia produtiva de P&G	<ul style="list-style-type: none"> Conflitos com a Petrobras devido ao vazamento de 2000 e à restrição das áreas de pesca e instalação de dutos em manguezal
Pescadores Artesanais X Colônias e Associações de Pesca	<ul style="list-style-type: none"> Pescadores reclamavam da administração de recursos pela Colônia Z-9
Pescadores Artesanais X Órgãos de controle ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Queixas sobre a fiscalização do ICMBio, com "corte de currais", mas que teria sido superado para Olaria e Mauá
Pescadores Artesanais X Colônia X Transpetro X Prefeitura	

Várias potencialidades foram destacadas pelas comunidades, vários deles envolvendo patrimônio histórico e vocação turística, além da organização comunitária, do orgulho de ser pescador e de iniciativas que mostram a consciência ambiental.



POTENCIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS
Potencial turístico (Ponte de Ferro)
Representatividade da AHOMAR
Nível de organização comunitária
Olaria: Patrimônio histórico e igrejas centenárias; Feira de Olaria; Carnaval e festas de fim de ano
Mauá: Orgulho de ser pescador; Praia do Limão; Mulheres Fortes Caranguejeiras
São Lourenço: Igreja de São Lourenço e Patrulha Ambiental da Pesca
São Francisco: Igreja de São Francisco do Croará; Ponte do Kazeca; AMOPE; Disposição dos pescadores para limpar praias

NÚCLEO MAUÁ - TEMAS PRIORITÁRIOS NAS COMUNIDADES DE MAUÁ

Mesmo com as dificuldades de participação dos pescadores nas atividades remotas, ao longo da Fase 1 do PEA-BG foram trabalhados vários temas prioritários definidos nas reuniões de retomada e algumas ideias de projetos de geração complementar de renda foram identificadas junto às comunidades, como se vê a seguir.

MAUÁ

Os pescadores da comunidade de Mauá, inclusive mulheres e jovens, envolveram-se, na medida do possível, nas atividades da Fase 1 do PEA-BG. Os comunitários até começaram a estudar a possibilidade de abrir uma entidade de pesca, mas tal demanda ainda não caminhou, podendo ser uma demanda trabalhada na Fase 2. A criação de projetos de geração de renda complementar na comunidade deve considerar: a cata do caranguejo como principal atividade; o perfil empreendedor das mulheres; a vontade de atuar sobre a questão dos resíduos sólidos e também de se qualificar para beneficiamento do caranguejo e do siri. Confira os temas prioritários sugeridos na reunião de retomada.

TEMAS PRIORITÁRIOS - MAUÁ

SENSO DE PERTENCIMENTO	ORDENAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA
Valorização da história de Mauá	Criação ou fortalecimento de associações	Atribuições dos órgãos ambientais no licenciamento	Oficinas de descarnamento de caranguejo e siri
Organização da Classe (conhecer os direitos)	Dragagem (atribuição dos órgãos responsáveis)	Entender etapas do licenciamento em grandes empreendimentos	Beneficiamento do pescado
Criação de associação para pescadores do Ipiranga	Como tirar RGP e licença de embarcações		Oficinas de equipamentos de pesca (redes, pulsar, currais)
Valorização da mulher na cadeia da pesca	Fazer mapa de local de pesca de caranguejos junto à Reduc		Palestra sobre associação/cooperativa
Oficina de construção ou reforma de embarcações	Sugerir à Reduc um cadastro de caranguejeiros que podem usar o mangue		Entrepasto para receber e vender o pescado
			Projeto de reciclagem para limpar a Baía e gerar renda com a reciclagem



OLARIA/ANIL

Apesar de se notar ainda uma resistência ao Projeto, comunitários de Olaria participam das atividades do PEA-BG. Os temas prioritários propostos para se trabalhar nessa comunidade, agrupada com o Anil, destacados a seguir, foram definidos na reunião de retomada. Durante a Fase 1, identificou-se também que oficinas que contribuam para geração de renda, como beneficiamento, são uma demanda local, assim como: cursos de reforma de embarcações e confecção de petrechos de pesca, construção de píer/entrepasto para melhorar a venda do pescado, turismo de base comunitária para aproveitar o senso de pertencimento e as paisagens naturais.

TEMAS PRIORITÁRIOS - OLARIA

SENSO DE PERTENCIMENTO	ORDENAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA
<p>Valorização do pescador (identidade e cidadania)</p> <p>Campanha para resgatar a imagem do pescado de Mauá</p> <p>Curso de pesca para os jovens</p> <p>Curso sobre direitos dos pescadores</p>	<p>Estratégias para escoamento do pescado</p> <p>Caminhos para regulamentação da atividade pesqueira</p> <p>Subsídios para a pesca</p> <p>Como cobrar mais fiscalização sobre a pesca de arrasto e a lavagem dos porões e navios</p> <p>Papel social das colônias e participação</p>	<p>Como funciona a fiscalização?</p> <p>Os direitos dos pescadores no Licenciamento Ambiental</p>	<p>Oficinas de qualificação do pescador, como manutenção e confecção de barcos e petrechos</p> <p>Beneficiamento do pescado</p> <p>Fortalecimento do turismo</p> <p>Construção de píer para venda do pescado e turismo</p> <p>Cooperativismo</p> <p>Cooperativa de reciclagem de lixo da Baía</p>



SÃO FRANCISCO DO CROARÁ/COROA DE SÃO LOURENÇO

Há certa desconfiança em ações de mitigação em Coroa de São Lourenço, mas os pescadores têm participado do PEA-BG junto com os de São Francisco, com apoio da Amope, entidade que representa as duas comunidades vizinhas. A instituição tinha um perfil assistencial, mas ao longo da Fase 1 tem buscado atuar pelos direitos do pescador e ações de enfrentamento mais efetivo às dificuldades enfrentadas. Em uma atividade da Fase 1, por exemplo, propôs-se uma Cozinha Comunitária, que deve se articular com a necessidade de uma política de segurança alimentar em Magé. Cursos de beneficiamento e venda de pescado, entreposto de pesca, cooperativa de reciclagem de lixo retirado da Baía também são demandas de projetos. Todas são demandas que estão em linha de alguma forma com os temas prioritários identificados nas reuniões de retomada.

TEMAS PRIORITÁRIOS - SÃO LOURENÇO

SENSO DE PERTENCIMENTO	ORDENAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA
<p>Conhecer o direito dos pescadores</p> <p>Estudo socioantropológico com Cartografia social/Mapa participativo</p>	<p>Oficinas sobre disputa/utilização do espelho d'água com Marinha e empresas de P&G</p> <p>Regras para o espaço dos currais, navios e fundeio</p> <p>Corredor ecológico da pesca</p>	<p>Conhecer os passos do Licenciamento Ambiental</p> <p>Como intervir no licenciamento ambiental em todas as esferas, inclusive a municipal</p> <p>Trabalhar uma linguagem acessível aos pescadores</p> <p>Trabalhar as consultas prévias livres e informadas no OIT/169</p>	<p>Usina de reciclagem</p> <p>Box p/ armazenar o pescado, transporte e venda direta ao Ceasa</p> <p>Melhor estrutura para entreposto</p> <p>Ajustar um local para o beneficiamento do pescado (capacitação)</p>

TEMAS PRIORITÁRIOS - SÃO FRANCISCO

SENSO DE PERTENCIMENTO	ORDENAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA
<p>Programa de financiamento que incentive filhos de pescadores a pescar</p> <p>Conscientização do pescador para não assinar como testemunha de quem não é pescador</p> <p>Cuidando do território pesqueiro</p> <p>Valorização do pescador local</p> <p>Corrida de pescadores na Festa de São Pedro</p> <p>Igreja São Francisco de Assis do Corará</p>	<p>Conhecer os direitos dos pescadores</p> <p>Cobrar fiscalização para se saber quem realmente é pescador</p> <p>Como proceder para pedir a dragagem dos rios</p> <p>RGP e documentação da pesca</p> <p>Conhecer os papéis dos órgãos ambientais</p> <p>Acordos com os diversos tipos de pesca</p> <p>Fortalecimento das associações locais</p> <p>Participação na gestão pública</p> <p>Redução do valor do pescado pelo atravessador</p>	<p>Conhecer os direitos dos pescadores para uma cobrança mais qualificada</p> <p>Como cobrar seguro das empresas durante as obras na localidade</p> <p>Quais são os órgãos fiscalizadores?</p> <p>Oficina de informação e regras para o Licenciamento Ambiental</p>	<p>Cooperativa de beneficiamento do pescado</p> <p>Cooperativa de caranguejeiras e sirizeiras</p> <p>Projeto de limpeza da Baía</p> <p>Entreposto e ponto de venda do pescado</p> <p>Publicidade do pescado de São Francisco</p>

PERFIL DA PESCA EM ITABORAÍ

PRINCIPAIS RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO ATUALIZADOS NO MUNICÍPIO



O único ponto de ligação do município de Itaboraí com a Baía de Guanabara é Itambi. O distrito está inserido na Zona de Uso Sustentável da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim e tem os manguezais como principal característica. A pesca concentra-se nessas áreas de mangue, principalmente na captura de caranguejo, com uso de poucas embarcações.

Com a criação da APA, em 1984, foi proibido o corte de madeira de mangue, que era vendida para confecção de currais de pesca. Se por um lado isso intensificou os conflitos com órgãos ambientais, o que ainda ocorre especialmente no período de defeso, por outro estimulou a prática da pesca de forma profissional e ampliou a coleta de caranguejo que já existia.

O turismo científico e a demanda por projetos de educação ambiental também cresceram como potencialidades locais. Mais que nunca a comunidade de Itambi tem seu modo de vida relacionado ao manguezal.

Os principais pontos de embarque são a Travessa Yamagata, na Bacia, próximo ao Bar do Otacílio (apenas na lua cheia, com maré alta), e a Rua Levi Barroso, no Pavilhão, onde já houve um entreposto, que a categoria busca reativar junto à Prefeitura Municipal. A pesca de rede só é permitida a 200 metros da boca do rio.

Durante o Diagnóstico Participativo, ora atualizado, os pescadores de Itaboraí indicaram como maior dificuldade a baixa autonomia das embarcações utilizadas, inseguras para saída em mar aberto. Também se queixaram de problemas relacionados à violência, que ficaram ainda mais evidentes ao longo da Fase 1 do PEA-BG, gerando insegurança tanto na prática da atividade quanto na comercialização de seu produto. A equipe ainda observou em campo que não há rede de esgoto em Itambi, algo que também afeta a qualidade da água e a pesca.

QUANTO SOMOS?

A equipe do PEA-BG cadastrou até agora 47 pescadores em Itambi, a comunidade atendida pelo Projeto em Itaboraí.

BARCOS DA PESCA ARTESANAL

- 54 embarcações
- 72% dos barcos medem de 5 a 6 metros de comprimento
- 96% dos barcos não possuem casario e 83% têm casco de madeira



Fonte: Projeto de Caracterização Socioeconômica da Pesca e Aquicultura na Bacia de Santos (PCSPA-BS), realizado pela Fiperj (2015).

PRODUÇÃO DA PESCA ARTESANAL

Nos dois locais de desembarque pesqueiro acompanhados pelo Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira (PMAP-RJ) em Itaboraí, há apenas atividade de pesca artesanal. Estes são alguns resultados do monitoramento durante o ano de 2020:

- 20.890 quilos de pescado
- Espécies mais pescadas: Caranguejo-uçá e Siri-azul

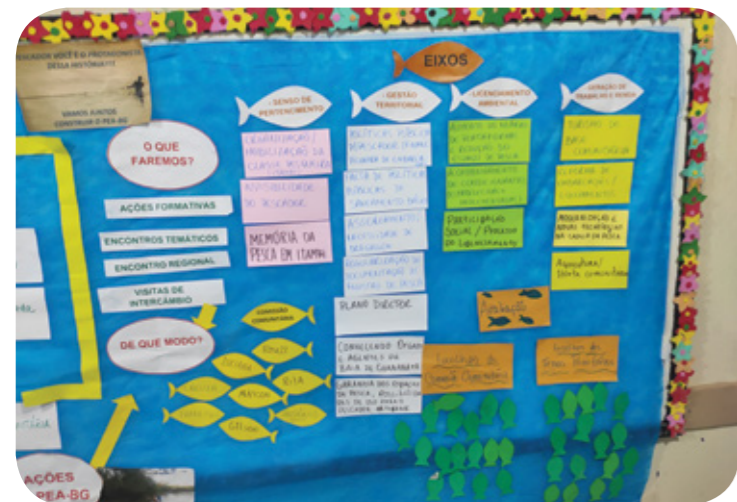
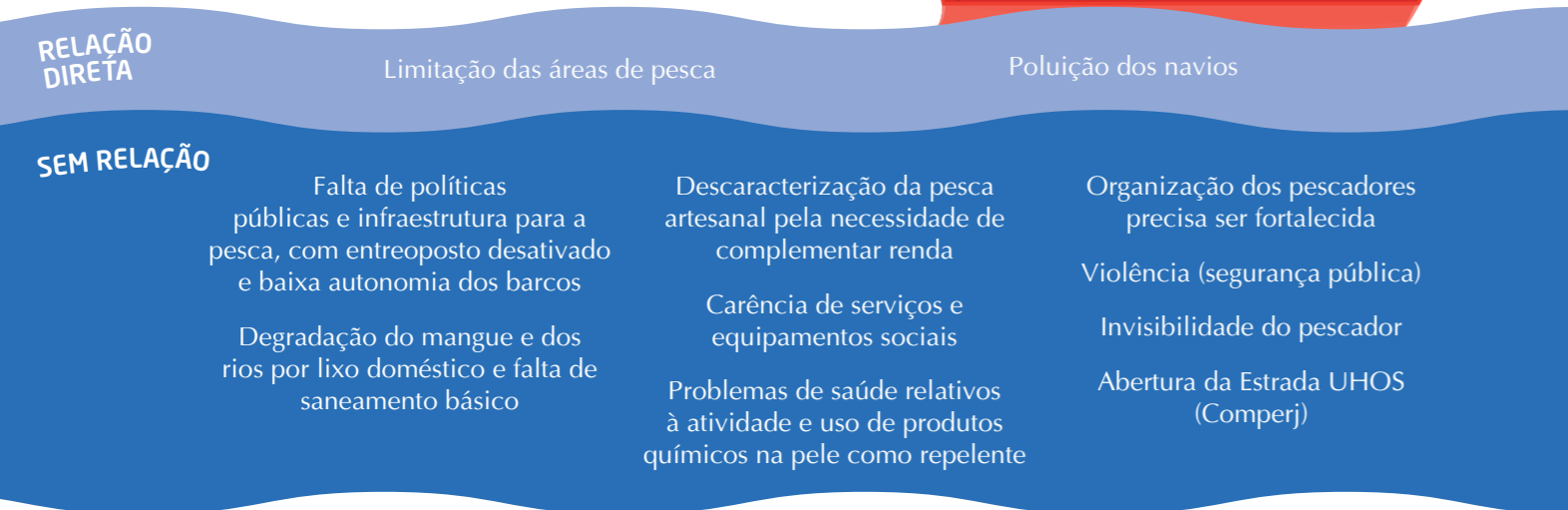
- Outras espécies bem presentes: Robalo e Tilápia
- Aparelho com maior volume pescado: Armadilha para caranguejo, puçá e tarrafa



COMUNIDADE DE ITAMBI

Os pescadores de Itambi têm muito orgulho do que fazem, mas os problemas que afetam a pesca e a coleta de caranguejo os levam a buscar formas de complementar renda. Entre esses problemas estão a presença do tráfico de drogas, a falta de saneamento básico, de infraestrutura e de barcos adequados para o mar.

PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS E SUA RELAÇÃO COM OS IMPACTOS DA CADEIA DE PETRÓLEO E GÁS



A violência urbana foi um problema incluído nas reuniões de retomada e que dificultou a participação dos pescadores nas atividades remotas da Fase 1, inclusive por cortes de cabos de internet. Eles sofrem com a falta do entreposto de pesca, que já foi referência local, hoje desativado e destruído por traficantes, mas tentam reativá-lo em parceria com a Prefeitura de Itaboraí. Também se queixam da sensação de confinamento causada tanto pela limitação das áreas para pesca na Baía de Guanabara quanto pela restrição à atividade na APA de Guapimirim, única situação de conflito apontada no Diagnóstico.

CATEGORIA	CONFLITOS IDENTIFICADOS
Pescadores Artesanais X Órgãos Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> Queixas sobre fiscalização do ICMBio na APA de Guapimirim: <ul style="list-style-type: none"> “O pescador é tratado como bandido”; “Sair para pescar é uma aventura”; “A fiscalização poderia ser mais combinada com o pescador”

Durante a Fase 1 do PEA-BG, notou-se que outros problemas têm surgido: com o tráfico de drogas, como citado, e entre os próprios pescadores, por disputa de espaço. Mas o conflito com o órgão ambiental vem se reduzindo, a partir de diálogo e parcerias. E os ganhos socioambientais com a criação da APA começam a ser vistos pela comunidade. As áreas preservadas de mangue recebem visitas de pesquisadores, o que se soma ao potencial do turismo histórico. Nas reuniões de retomada, o turismo de base comunitária foi incluído como potencialidade.

A comunidade de Itambi foi receptiva ao PEA-BG na Fase 1, quando foram trabalhados vários dos temas prioritários definidos nas reuniões de retomada.

POTENCIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS
Turismo científico
Turismo histórico (Capela de São Barnabé e Casarios da Vila Nova de Itambi)
Turismo de base comunitária
Demanda por projeto de educação ambiental nos moldes propostos
Tradição de produção de cerâmica
Artesanato

TEMAS PRIORITÁRIOS

SENSO DE PERTENCIMENTO	ORDENAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA
<p>Organização e mobilização da classe pesqueira</p> <p>Invisibilidade do pescador</p> <p>Memória da pesca em Itambi</p>	<p>Políticas públicas para pescador, como financiamento para embarcações</p> <p>Falta de políticas públicas de saneamento básico</p> <p>Assoreamento/Necessidade de dragagem</p> <p>Documentação para registro de pesca</p> <p>Plano Diretor</p> <p>Conhecendo Órgãos e Agentes da Baía de Guanabara</p> <p>Garantia dos espaços de pesca e possibilidades de uso pelo pescador artesanal</p>	<p>Aumento do número de plataformas e redução do espaço de pesca</p> <p>Acompanhamento de condicionantes</p> <p>Participação social no processo de licenciamento</p>	<p>Turismo de Base Comunitária</p> <p>Reforma de embarcações/equipamentos de pesca</p> <p>Modernização e novas tecnologias da cadeia da pesca</p> <p>Aquicultura / Horta comunitária</p>



Apesar de todas as dificuldades em acompanhar as atividades remotas na primeira fase do PEA-BG, a comissão comunitária iniciou o processo de elaboração do pré-projeto comunitário. Entre as demandas observadas para projeto de geração de renda complementar estão a criação de peixes em tanques para atendimento a demandas como merenda escolar, o reativação do entreposto de pesca e o turismo de base comunitária.

PERFIL DA PESCA EM NITERÓI

PRINCIPAIS RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO ATUALIZADOS NO MUNICÍPIO



A pesca é uma das vocações econômicas de Niterói. Parte da indústria pesqueira do município fica na Ilha da Conceição, onde estão comunidades que participam do PEA-BG. Os pescadores artesanais da ilha tentam resistir em meio a uma intensa pesca industrial e um polo metalúrgico naval.

Resistir contra a descaracterização da pesca artesanal não é fácil. E isso se reflete também na participação dos pescadores em projetos de educação ambiental e similares. Eles passam dias no mar trabalhando ou em outras atividades e não confiam nos projetos que os levem a investir parte de seu tempo neles sem um retorno prático e imediato. A mobilização para o PEA-BG é difícil desde a época da realização do Diagnóstico Participativo, mas persiste pelos contatos diretos e pela articulação com a entidade representativa local, a Associação de Pescadores do Recreio do Chatão.

Além do Chatão, os pescadores artesanais desembarcam nos cais das ruas Amendoeira, Dom Diniz e Chacrinha. Essas três últimas localidades chegaram a formar um agrupamento separado do Chatão durante o Diagnóstico e a Fase 1 do PEA-BG, mas na prática são uma só comunidade. Locais predominantes de pesca, artes utilizadas, problemas e conflitos vivenciados, potencialidades, praticamente todas as características são as mesmas.

Nas duas comunidades há pesca artesanal e industrial, com uso de técnicas de arrasto, cerco (traineira), emalhe, puçá, tarrafa, espinhel de fundo e de superfície. Alguns vendem o pescado na Praça do Largo do Sol, mas quase toda a produção segue para o Mercado São Pedro e para o leilão na Colônia Z-8.

Além da pressão da pesca industrial, os pescadores artesanais da Ilha da Conceição apontaram no Diagnóstico e em sua atualização diversos problemas socioambientais. A redução do espaço de pesca pela presença de embarcações de grande porte, associadas à cadeia de petróleo e gás, é um dos principais, mas eles entendem também que a falta de saneamento básico contribui para reduzir o volume de pescado.

O saneamento em Niterói é satisfatório, mas outros municípios ao redor da Baía de Guanabara contribuem para a poluição e a equipe identificou na Ilha da Conceição lançamento de esgoto doméstico. O espelho d'água junto à ilha é poluído e o assoreamento em todo o seu entorno é visível, não existindo mais praias ao seu redor.

QUANTO SOMOS?

A equipe do PEA-BG cadastrou até agora 80 pescadores na Ilha da Conceição:

- Chatão: 34
- Chacrinha / Amendoeira / Dom Diniz: 46

BARCOS DA PESCA ARTESANAL

- 215 embarcações
- 65% dos barcos medem de 4 a 8 metros de comprimento
- 60% dos barcos não possuem casaria e 79% têm casco de madeira



Fonte: Projeto de Caracterização Socioeconômica da Pesca e Aquicultura na Baía de Santos (PCSPA-BS), realizado pela Fiperj (2015).

PRODUÇÃO DA PESCA ARTESANAL

Nos 18 locais de desembarque pesqueiro acompanhados pelo Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira (PMAP-RJ), em Niterói, há tanto pesca industrial quanto artesanal. Estes são alguns resultados do monitoramento durante o ano de 2020:

- 2.113,5 toneladas de pescado (12,4% do total do município) resultaram da pesca artesanal
- Espécies mais pescadas: Sardinha-verdadeira e cavalinha

- Outras espécies bem presentes: Dourado e atum
- Aparelho com maior volume pescado: Cerco de traineira, seguido de linhas diversas



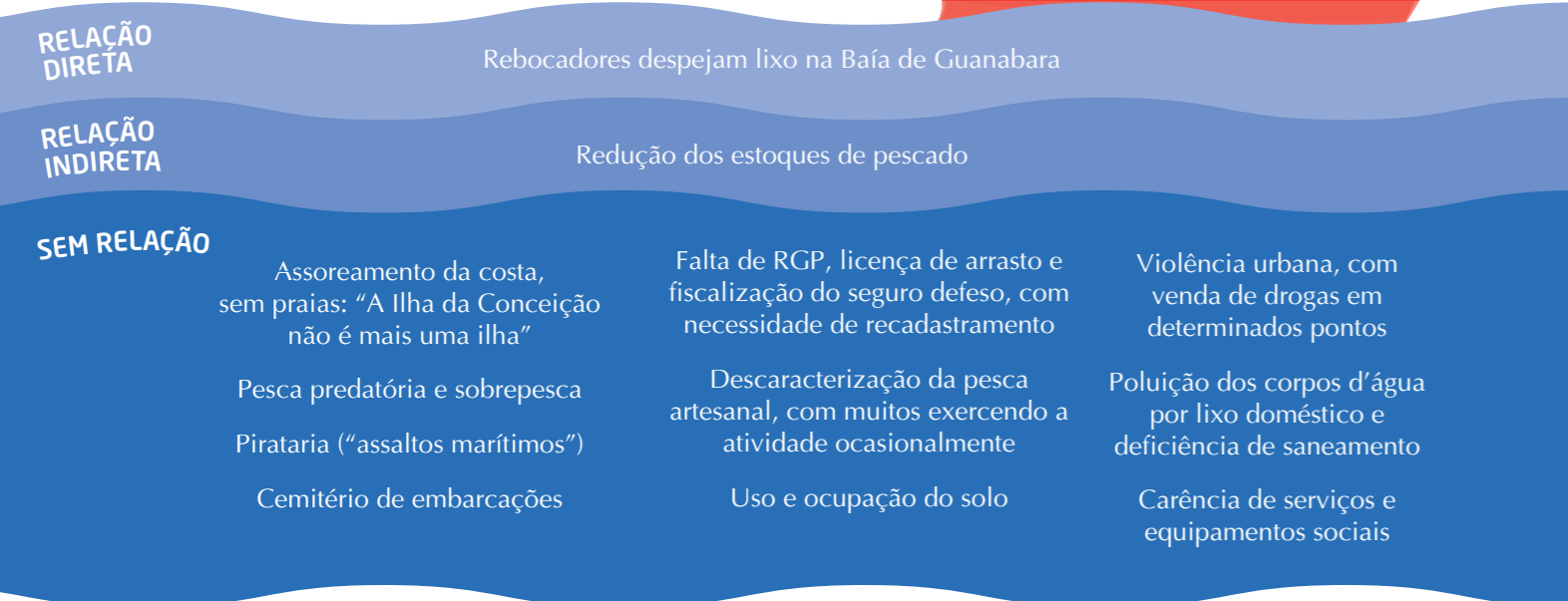
COMUNIDADES DA ILHA DA CONCEIÇÃO



Os pescadores da Ilha da Conceição dividem espaço com indústrias dos setores de estaleiros, logística e P&G. Trata-se de uma ilha onde não há praias, tamanho o assoreamento da área costeira. O descarte de resíduos e esgoto no espelho d'água, as embarcações abandonadas ao redor, a pesca predatória, a poluição gerada por rebocadores, a redução dos estoques de pescado estão entre os problemas que desestimulam a pesca artesanal.



PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS E SUA RELAÇÃO COM OS IMPACTOS DA CADEIA DE PETRÓLEO E GÁS



Os assaltos com lanchas no mar e a falta de licença para arrasto de camarão estão entre as questões que surgiram nas reuniões de retomada. Dois conflitos também foram acrescentados: entre os pescadores e com os órgãos ambientais.

CATEGORIA	CONFLITOS IDENTIFICADOS
Pescadores Artesanais X Colônias e Associações de Pesca	<ul style="list-style-type: none"> Má avaliação da Colônia Z-8 pelos pescadores da Ilha da Conceição por suposta falta de iniciativas em prol da categoria
Pescadores Artesanais X Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás	<ul style="list-style-type: none"> Resistência ao contato com a Petrobras, principalmente na Chacrinha durante a fase de pesquisa
Pescadores Artesanais X Pescadores Artesanais	
Pescadores Artesanais X Órgão Ambiental	

Além de confirmarem o senso de pertencimento e a organização social como potencialidades locais, os participantes das reuniões de retomada no Chatão destacaram os festejos de São Pedro e de Nossa Senhora da Conceição, incluindo barqueatas.

Os temas prioritários foram definidos separadamente, mas as comunidades foram trabalhadas juntas na Fase 1. A participação foi positiva nas primeiras atividades, mas se reduziu com a pandemia. Verifica-se mais interesse por projetos de resultado rápido ou relacionados a conhecimento profissional, como oficinas de reforma de barcos e de beneficiamento do pescado, que impactem na redução de custos e/ou diretamente em sua renda.

POTENCIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS

- Forte senso de pertencimento (os locais se consideram como filhos da Ilha da Conceição)
- Relativo nível de organização social (presença da Associação do Chatão e da Associação de Moradores da Ilha da Conceição)
- Festas de São Pedro e Nossa Senhora da Conceição

TEMAS PRIORITÁRIOS - CHACRINHA E LARGO DO SOL

SENDO DE PERTENCIMENTO	ORDENAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA
Fortalecimento e organização do pescador	Proibição do espaço de pesca e normas	Diálogo entre pescadores e órgãos no licenciamento	Entrepósito de pesca para venda
Marginalização e desvalorização da pesca	Fiscalização e falta de representatividade	Participação no licenciamento para abertura do canal	Oficinas de manutenção de barcos e redes e de beneficiamento
Cursos profissionalizantes para pescadores artesanais	Licenças de embarcação, pesca e arrasto de camarão/sardinha	Etapas do Licenciamento	Associação / Cooperativa / Envolvimento de mulheres
	Subsídios para material de pesca como mitigação por perda de espaço	Redução do espaço de pesca	Novas tecnologias na pesca artesanal

TEMAS PRIORITÁRIOS - CHATÃO

SENDO DE PERTENCIMENTO	ORDENAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA
Sucessão intergeracional	Licença para pesca e embarcação, normas para fiscalização	Participação dos pescadores no processo de licenciamento	Oficina de reforma e manutenção de barcos
	Políticas públicas para pesca		Organização da classe pesqueira para associativismo
	Território: Dragagem e demais problemas		Cooperativismo
	Representação social e coletiva, fóruns e espaços deliberativos		

CONCLUSÃO DO DIAGNÓSTICO



Entender os problemas socioambientais que impactam a vida dos pescadores artesanais da Baía de Guanabara, assim como os potenciais de cada localidade, é um passo fundamental para que os objetivos do PEA-BG sejam alcançados. A realização do Diagnóstico Participativo e sua frequente atualização são importantes para que o Projeto caminhe contribuindo para uma gestão ambiental qualificada do território/mareatório pelas comunidades pesqueiras.

O Diagnóstico aponta que as comunidades continuam vulneráveis, sofrendo com a falta ou deficiência de saneamento básico, situação que impacta a qualidade de vida das pessoas e a atividade da pesca. Tal situação foi quase tão citada pelos pescadores quanto os impactos da cadeia de petróleo e gás. As instalações petrolíferas e o intenso tráfego de embarcações associado a elas restringem a área disponível para pesca na Baía de Guanabara.

(junto desse parágrafo acima, poderia se ter ícones representando saneamento básico, petróleo e embarcação para falar desses problemas, talvez dentro de uma onda para lembrar que são os problemas que falamos)

O espaço de pesca cada vez menor e outras questões como o vazamento de óleo em 2000 levam os pescadores artesanais a indicarem a cadeia de petróleo e gás, em especial a Petrobras, como ator com quem mais têm conflitos. As situações conflituosas com órgãos ambientais também são muito mencionadas. Mas se por um lado as comunidades reclamam da rigidez dos fiscais no período de defeso, por outro entendem a importância das leis de proteção ambiental e se queixam de falta de fiscalização sobre a pesca predatória em traineiras.



A consciência ambiental dos pescadores, assim como a manutenção dos seus saberes tradicionais, é uma potencialidade percebida em praticamente todas as comunidades no PEA-BG. Percebe-se que os pescadores se interessam em participar de projetos para melhorar a qualidade socioambiental e, ao mesmo tempo, gerar renda complementar atenuando os impactos sobre a pesca. Ações envolvendo limpeza do mangue e do mar e turismo de base comunitária, aproveitando potenciais como a beleza natural e o patrimônio histórico e cultural da região, estão entre as demandas.

(este parágrafo acima pode estar cercado por um espinhel para lembrar que falamos de potencialidades como fizemos ao longo do caderno, como se o espinhel estivesse capturando essas potencialidades)

Um problema comum a todas as comunidades e que não chegou a ser apontado no Diagnóstico, mas que ficou muito visível com a pandemia de Covid-19, foi a exclusão digital. Para além de dificultar a participação dos pescadores nas atividades remotas, ela afeta o acesso a benefícios e serviços em um mundo digitalizado, como tem se visto claramente com o recadastramento dos pescadores, por exemplo.

Para a próxima fase do PEA-BG, com ou sem distanciamento, pretende-se continuar trabalhando no fortalecimento da organização comunitária, que também é o objetivo da Linha de Ação onde o Projeto está inscrito. Passo fundamental tanto para o sucesso dos projetos que venham a ser articulados daqui para frente quanto, principalmente, para que direitos básicos e políticas públicas voltadas aos pescadores sejam acessados.



REGISTROS

“Esse mangue já foi fonte de renda. Ali se pescava camarão, sururu, siri, caranguejo. Dava para tomar banho. Agora o manguezal está poluído, uma equipe veio fazer vistoria da água e disseram que está poluída, para não consumir mais nada que vem do mangue”

Thiago Veludo Couto, de Jequiá
(Rio de Janeiro)

“Não dá pra passar nem com maré alta”

José Carlos Pinto, da Ilha da Conceição (Niterói), sobre o assoreamento.

“O PEA é um projeto diferenciado, pois está realmente sendo construído coletivamente junto aos pescadores”

Flávio Lontro, de Itambi (Itaboraí), sobre o PEA BG

“Os pescadores estão buscando outro caminho para levar sustento para dentro de casa”

Ulysses Ferreira, do Chatão (Niterói), sobre a descaracterização da pesca artesanal

“O pescador não é bandido, não precisa usar arma para falar com a gente”

Rafael Pereira, de Suruí (Magé), sobre a fiscalização





produzido por finotraco.com.br

Mais informações em:
www.comunicabacladesantos.com.br

Atualização do Diagnóstico Participativo: Cristiane de Cássia (Técnica do PEA-BG) e Luciana Antunes (Coordenadora Geral do PEA-BG).
Criação e diagramação: Anelise Stumpf (finotraco.com.br)

A realização do Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama.

Execução



Coordenação



Órgão licenciador

